



**RELATÓRIO DE
GESTÃO
2000**

Brasília, fevereiro de 2001

República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Educação

Paulo Renato Souza

Secretaria Executiva do MEC

Luciano Oliva Patrício

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Maria Helena Guimarães de Castro

Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior

Tancredo Maia Filho

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Diretoria de Disseminação e Informações Educacionais

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

Chefe de Gabinete do INEP

Ricardo Corrêa Coelho

SUMÁRIO

Apresentação	5
1 – Visão geral do INEP	7
1.1 – Missão institucional	8
1.2 – Finalidades e atribuições	9
1.3 – Estrutura regimental	10
1.4 – Projetos e ações prioritárias	10
2 – Balanço geral dos resultados alcançados	13
2.1 – Estatísticas educacionais	13
2.1.1 – Censos educacionais	13
2.2 – Avaliações educacionais	14
2.2.1 – SAEB	14
2.2.2 – ENEM	15
2.2.3 – ENC	17
2.3 – Disseminação de Informações Educacionais	18
2.4 – Projetos, estudos e atividades internacionais	19
3 – Descrição das ações realizadas por área	21
3.1 – Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC)	21
3.1.1 – Atividades realizadas	22
3.2 – Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB)	29
3.2.1 – Principais atividades executadas	30
3.3 – Coordenação-Geral do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	34
3.3.1 – Principais realizações	34

3.3.2 – Principais atividades desenvolvidas em 2000	35
3.4 – Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior (DAES)	37
3.4.1 – Exame Nacional de Cursos (ENC)	37
3.5 – Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais (DDIE)	40
3.5.1 – Coordenação-Geral de Tratamento da Informação e Documentação (CGTID)	40
3.5.2 – Coordenação-Geral de Difusão de Informações Educacionais (CGDIE)	48
3.5.3 – Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED) ...	61
4 – Administração e finanças	63
4.1 – Execução, controle e acompanhamento orçamentário	63
4.2 – Licitações, contratos e convênios	65
4.3 – Recursos humanos	66
4.3.1 – Capacitação de recursos humanos	67
4.4 – Coordenação de Suporte Operacional	69
4.4.1 – Demais atividades desenvolvidas	73

A PRESENTAÇÃO

Em 2000, o INEP completou o seu ciclo de desenvolvimento institucional, iniciado com sua transformação em autarquia em 1997. As metas propostas no seu planejamento foram alcançadas, e todas as suas atribuições legais foram satisfatoriamente cumpridas. Hoje, pode-se dizer que as principais ações de avaliação educacional desenvolvidas pelo INEP encontram-se consolidadas. Em 2000, o Exame Nacional de Cursos – Provão – foi realizado pela quinta vez, abarcando 18 áreas de conhecimento; O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) teve sua terceira promoção, registrando contínuo crescimento por sua procura, desde a sua criação em 1998. A avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 1999 foi concluída e divulgada, levando informações abalizadas a todos os setores da área educacional. Na produção de estatísticas, o INEP aprimorou e acelerou o seu processo de coleta de dados, publicando os resultados parciais do censo escolar um mês antes do prazo estabelecido. Quanto à disseminação das informações coletadas e produzidas, essa superou em muito os índices atingidos no ano anterior, tanto em meio impresso quanto pela Internet.

Todas essas realizações, que este relatório apresenta em detalhes, tiveram por suporte um quadro funcional bastante enxuto e foram acompanhadas por uma execução financeira e orçamentária impecável. Esses resultados não poderiam ter sido atingidos de maneira tão satisfatória se não fossem o empenho e trabalho incansável de seus funcionários e o apoio decidido do Ministério da Educação.

A cada ano, o INEP vem expandindo e aperfeiçoando suas atividades em cumprimento da sua missão institucional, que consiste em desenvolver e implementar sistemas de avaliação educacional em todos os níveis de ensino

e produzir e disseminar informações e estatísticas educacionais, subsidiando a formulação e implementação de políticas nas três esferas do poder público e informando a sociedade sobre a qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas e privadas em todo o País. Para continuar ampliando e aprimorando suas ações, o INEP necessita, hoje, de um reforço na sua estrutura organizacional, uma vez que sua capacidade de aprimoramento e inovação gerencial atingiu o seu limite com os recursos humanos e financeiros atualmente disponíveis. Consciente dessas limitações, o Ministério da Educação decidiu dotar o INEP de uma estrutura mais robusta, com a finalidade de assegurar-lhe as condições necessárias para assumir, em 2001, novas atribuições de avaliação com a mesma qualidade que o tem caracterizado como instituição pública de excelência e de reputação internacional.

Este Relatório de Atividades do INEP apresenta, em sua primeira parte, uma visão geral da organização e do seu perfil institucional. Na segunda parte, são apresentados os resultados globais atingidos durante o ano nas diferentes áreas de atuação do INEP: estatísticas, avaliações, disseminação de informações e projetos e estudos internacionais. Na terceira, encontram-se descritas as atividades executadas, por diretoria, e, na quarta, são apresentadas as informações principais sobre administração e finanças durante esse exercício.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

1 VISÃO GERAL DO INEP

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação. Seu regime jurídico, após a transformação efetivada pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, é de autarquia federal, vinculada àquele ministério. Com este novo perfil, o INEP reassumiu, nos últimos três anos, um papel estratégico de alta relevância para o fortalecimento da gestão das políticas educacionais e o desenvolvimento da educação brasileira. Com isso, ganhou grande visibilidade pública e tornou-se referência nacional e internacional na sua área de atuação.

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica na área foram incluídos entre as principais prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso para o setor de educação. Estes objetivos se concretizaram com a reestruturação e revitalização do INEP, instituição com larga tradição, mas que se encontrava desprestigiada e sem função relevante nas últimas décadas. Criado em 1937, o INEP teve uma trajetória ascendente até o início dos anos 60, dando significativa contribuição ao desenvolvimento educacional do País.

O INEP tem, hoje, como principal atribuição coordenar os sistemas e projetos de avaliação educacional e organizar o sistema de informações e estatísticas, com o objetivo de subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. Estão sob sua responsabilidade as três avaliações nacionais implantadas na década de 90: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos (ENC), que se tornou mais conhecido como Provão, e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), iniciativa mais recente no campo da avaliação.

Além disso, o INEP é encarregado da produção das estatísticas básicas da educação nacional, por meio da realização de levantamentos periódicos que abrangem os diferentes níveis e modalidades de ensino. Como resultado do esforço empreendido na montagem de um sistema moderno e eficiente de informações na área, baseado numa plataforma que reúne o que há de mais avançado em tecnologia de informação, foi criado o Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), incorporando as bases de dados das avaliações nacionais e dos censos educacionais. Estes levantamentos são realizados anualmente, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e com as próprias instituições de ensino.

Por último, com a finalidade de tornar as informações produzidas acessíveis aos usuários, constituídos pelos diferentes atores da área educacional e pelos segmentos sociais interessados na questão, o INEP desenvolve um conjunto de ações de disseminação. Nesta tarefa, sustenta uma diversificada linha editorial, promove e participa de eventos e conta com o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), que mantém uma moderna unidade de atendimento ao público no edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília, e gerencia a página WEB na Internet (<http://www.inep.gov.br>).

Para desempenhar suas múltiplas funções regimentais, segundo prescreve a Lei nº 9.448, inciso IX, o INEP deve “articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral”. Esta ênfase na busca de parcerias e no desenvolvimento de cooperação internacional, além de garantir o apoio necessário à execução dos projetos, reflete as mudanças ocorridas na política educacional brasileira a partir de 1995, responsáveis por criar um ambiente mais participativo e transparente.

O reconhecimento do papel estratégico das atividades e projetos desenvolvidos pelo INEP ocasionou a sua incorporação integral ao Plano Plurianual 2000 – 2003, *Avança, Brasil*, como componentes do *Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais*. Esta medida representa um passo fundamental para consolidar este conjunto de ações, garantindo a previsão orçamentária que assegura sua continuidade e definindo uma metodologia de acompanhamento permanente em relação às metas governamentais fixadas.

Dessa forma, a inclusão de todos os seus projetos no PPA 2000-2003 cria condições muito favoráveis para que o INEP avance na consolidação dos sistemas de avaliação e de informações educacionais, provendo assim um subsídio indispensável para o aumento da eficiência da gestão educacional e contribuindo para que a sociedade brasileira exerça o seu direito a uma educação de qualidade, em todos os níveis.

Os resultados das ações realizadas pelo INEP em 1999, sumarizados neste Relatório de Atividades, contribuíram para o avanço e a consolidação das reformas educacionais, que visam à promoção da equidade na distribuição dos recursos, à correção das desigualdades regionais e à melhoria da qualidade do ensino. É com estes objetivos que o INEP está comprometido.

1.1 – MISSÃO INSTITUCIONAL

O INEP tem como missão institucional desenvolver um sistema de informações, abrangendo estatísticas e avaliações, para subsidiar o processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais nos

diferentes níveis de gestão, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e a garantia de ensino de qualidade para todos.

Em primeira instância, o INEP assessora as políticas do Ministério da Educação, mas também contribui, diretamente, para o desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de ensino, provendo-lhes informações que permitem a avaliação de desempenho e a definição de prioridades a serem atendidas. Ao mesmo tempo que coopera com Estados e municípios, o INEP recebe dessas instâncias administrativas indispensável apoio para o desenvolvimento das suas atividades.

1.2 – FINALIDADES E ATRIBUIÇÕES

A Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, que transformou o INEP em Autarquia Federal, estabelece como suas finalidades essenciais:

- organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- apoiar os Estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior.

As novas atribuições legais recebidas pelo INEP são consoantes com as competências que a LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – delega à União, especialmente de:

- coletar, analisar e disseminar informações sobre educação;
- assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

Portanto, a reestruturação do INEP atendeu a uma exigência criada pela LDB, que redefiniu o papel do Ministério da Educação, coerente com o perfil descentralizado do sistema educacional brasileiro. Neste novo contexto institucional, assumem grande relevância as avaliações nacionais e os levantamentos estatísticos sistemáticos, executados pelo INEP, que oferecem subsídios

para a realização de diagnósticos e identificação de prioridades. É com base neste conhecimento preciso da realidade educacional do País que o governo federal pode desempenhar, com competência, a “função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”.

Como resultado das reformas institucionais levadas a cabo nos últimos cinco anos, o INEP transformou-se num órgão estratégico na estrutura do Ministério da Educação, tendo alcançado essa posição ao se impor como principal produtor e provedor de informações para subsidiar tanto a política de educação básica quanto de a educação superior.

1.3 – ESTRUTURA REGIMENTAL

A estrutura regimental do INEP, aprovada pelo Decreto nº 2.146, de 14 de fevereiro de 1997 (DOU, 17/2/97, Seção I, p. 2.807-2.810) – seguindo os cânones da moderna administração gerencial, segundo os quais a estrutura deve ajustar-se à missão institucional do órgão – estabelece um quadro bastante enxuto de cargos em comissão e funções gratificadas. A estrutura organizacional, constituída da Presidência e quatro diretorias, foi desenhada em função das atividades finalísticas do órgão. Da mesma forma, os servidores estão distribuídos em equipes, que se compõem em torno dos projetos e ações prioritárias.

A estrutura organizacional do INEP é constituída dos seguintes órgãos:

- I – órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;
- II – órgãos seccionais:
 - Procuradoria Jurídica;
 - Auditoria Interna;
 - Coordenação-Geral de Administração e Finanças;
- III – órgãos específicos e singulares:
 - Diretoria de Avaliação da Educação Básica;
 - Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais;
 - Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior;
 - Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais;
- IV – órgão colegiado: Conselho Consultivo.

Uma das principais inovações incorporadas à nova estrutura do INEP é a existência de um Conselho Consultivo, integrado por nove membros efetivos, entre os quais quatro representantes da sociedade civil. A composição atual obedeceu a um critério de representação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e da área do ensino superior. Este conselho dá maior transparência à instituição, além de possibilitar uma interlocução permanente com os diferentes segmentos da área educacional.

1.4 – PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Constituem-se como principais projetos e ações de desenvolvimento continuado sob a responsabilidade executiva do INEP:

- Censos Educacionais:
 - Censo Escolar;
 - Censo do Ensino Superior;
 - Censos Especiais.
- Levantamentos e Estudos sobre Financiamento e Gasto da Educação.
- Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).
- Avaliações:
 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
 - Exame Nacional de Cursos (ENC);
 - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Disseminação:
 - Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC);
 - Linha Editorial.

2

BALANÇO GERAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 – ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

2.1.1 CENSOS EDUCACIONAIS

A produção de dados e informações estatístico-educacionais é o instrumento básico para subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas na área de educação. É por meio dos censos educacionais que se busca garantir a utilização da informação estatística nesse processo, gerando os indicadores necessários ao acompanhamento do setor educacional.

O Censo Escolar abrange um universo de cerca de 52 milhões de alunos e 266 mil escolas públicas e privadas, distribuídas em mais de 5.500 municípios. Através do Censo Escolar, é atualizado anualmente o Cadastro Nacional de Escolas e são obtidas as informações sobre a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino, sobre as formas de organização do ensino e sobre o movimento e rendimento escolar, além dos dados referentes aos alunos e recursos humanos.

O recente grau de eficiência e credibilidade alcançado pelo INEP na organização das informações e estatísticas educacionais tem propiciado ampla utilização deste tipo de ferramenta aos formuladores e executores das políticas educacionais. De fato, os programas e projetos executados por intermédio do FNDE apóiam-se nos diagnósticos decorrentes dos levantamentos estatísticos da educação básica e superior, indicando a forte conexão entre o sistema de informações e a gestão de políticas educacionais.

Como toda pesquisa preocupada com a fidedignidade e validade dos seus resultados e dada a necessidade de cumprir os prazos legais, o Censo Escolar apresenta uma complexa sistemática de operacionalização, cuja viabilidade só é possível pela parceria estabelecida entre o INEP e as Secretarias de Educação dos 26 Estados e do Distrito Federal, além da cooperação da comunidade escolar, responsável pelo preenchimento do questionário. Ressalte-se que, desde 1997, a divulgação dos resultados do Censo Escolar ocorre no mesmo ano da sua realização.

Entre as atividades permanentes realizadas para a execução do levantamento anual, merece registro o acompanhamento das alterações do sistema educacional e a identificação de demandas das Secretarias de Educação das unidades da Federação, que tanto podem gerar necessidade de incorporação de variáveis como a supressão de quesitos no formulário do Censo Escolar. As atividades rotineiras, como a assistência contínua às unidades de estatísticas das secretarias estaduais, o processo de consistência dos dados – sempre supervisionado pelo INEP –, somam-se a análise dos recursos de revisão do censo escolar, previstos na legislação vigente e a pesquisa de verificação das informações declaradas, que são realizadas buscando a qualidade e a fidedignidade das informações recebidas.

O Censo do Ensino Superior promove o levantamento de dados e informações estatístico-educacionais junto às instituições de ensino superior. O instrumento de coleta do Censo 2000 passou por uma redefinição, ajustando-se ao novo conceito de educação superior estabelecido pela LDB. O questionário foi ampliado, passando a abranger não só a graduação, mas também a pós-graduação. Todas as informações coletadas estarão vinculadas ao Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIED-Sup), subsistema em desenvolvimento.

Os Censos Especiais são realizados com o objetivo de aprimorar as informações disponíveis sobre as diferentes modalidades de ensino e preencher as lacunas existentes. Desenvolvidos sempre em parceria com as instituições públicas e organizações não-governamentais diretamente envolvidas com as políticas públicas das respectivas áreas. Em 2000, foram divulgados os resultados do Censo da Educação Profissional e, atualmente, está sendo desenvolvido o processo de coleta de dados para o Censo da Educação Infantil. Em fase de elaboração de seus relatórios finais, encontram-se o Censo Escolar Indígena e o Censo Complementar da Educação Especial, aplicados em 1999.

2.2 – AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

No campo das avaliações educacionais, podem ser destacados os três grandes projetos, a saber: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos (ENC) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por meio destes instrumentos, o MEC assume a responsabilidade atribuída pela LDB de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

2.2.1 SAEB

O projeto de avaliação desenvolvido pelo INEP de maior tradição é o SAEB. Concebido como um sistema de avaliação de larga escala, o SAEB surgiu como uma tentativa precursora no Brasil de se criar um mecanismo adequado

para avaliar a efetividade dos sistemas de ensino, com enfoque na qualidade, eficiência e equidade.

A quinta edição do SAEB foi realizada em 1999, nas 26 unidades da Federação e no Distrito Federal. Participaram mais de 360 mil estudantes de mais de 2.100 municípios. As avaliações de desempenho são aplicadas em amostra representativa das redes de ensino pública e privada. O levantamento abrange três séries tradicionalmente associadas ao final de um ciclo de escolaridade: a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio. Também são aplicados questionários em amostra de professores e diretores, obedecendo ao mesmo critério estatístico que assegura a representatividade das redes de ensino de todos os Estados e do Distrito Federal. Em relação ao levantamento anterior, de 1997, a amostra foi ampliada com o objetivo de garantir maior confiabilidade na comparação de desempenho por UF e por rede de ensino. Outra novidade do SAEB 1999 foi o aumento do número de disciplinas avaliadas, com a inclusão de Geografia e História, que se somaram às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências para os alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, e de Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Física e Matemática, para os alunos da 3ª série do ensino médio.

Em 2000, para a divulgação dos resultados do SAEB 1999, foram produzidos relatórios específicos comparando os resultados do SAEB 1995, 1997 e 2000, relatórios metodológicos e estudos analíticos sobre fatores explicativos do desempenho, entre outros.

2.2.2 ENEM

O ENEM tem por objetivo avaliar de forma abrangente os indivíduos ao final da escolarização básica, considerando, para tanto, não só os conteúdos, como também as competências e habilidades requeridas pela sociedade contemporânea. O ENEM parte da firme convicção de que não se pode mais pensar o ensino médio simplesmente como a ante-sala da universidade, pois atualmente os seus concluintes têm expectativas diversificadas. Enquanto alguns pretendem continuar seus estudos em nível pós-médio, outros visam integrar-se ao mercado de trabalho. Cabe, portanto, ao novo ensino médio preparar o aluno para a vida, e ao ENEM constituir-se em referência para a sua auto-avaliação.

Com o ENEM, o Ministério da Educação cumpre uma das responsabilidades delegadas à União pela LDB, qual seja, “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, *médio* e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” e de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino” (Lei nº 9.394, de 1996, art. 9º, Incisos VI e VIII).

A busca constante de aprimoramento teórico, metodológico e operacional para a consolidação do modelo de avaliação que estrutura o Exame, foi a característica marcante do ENEM 2000. Pode-se afirmar que os ganhos de qualidade são manifestos na prova de 2000 e fortalecem o ENEM como instrumento de apoio à implantação da Reforma do Ensino Médio.

Como a ênfase da avaliação se dá na verificação da estrutura de competências associadas aos conteúdos, o ENEM vem provocando ricas reflexões no cenário das políticas de avaliação. De um lado, interagindo com a universidade brasileira e oferecendo-lhe um instrumento possível de ser utilizado em seus processos de seleção. E, de outro, apoiando a escola de ensino médio na compreensão dos

eixos estruturadores da Reforma, que são os mesmos que estruturam o Exame. O ENEM cumpre este papel, basicamente, a partir da prova que organiza e torna pública anualmente, na data de sua aplicação.

Neste ano, 390.166 concluintes e egressos do ensino médio inscreveram-se para prestar o ENEM, que ocorreu em 169 municípios do País, e 182 Instituições de Ensino Superior manifestaram-se formalmente pela utilização dos seus resultados nos seus processos seletivos.

Para o ENEM 2000, o Grupo de Autores, constituído por consultores permanentes do INEP e por especialistas em psicologia do desenvolvimento, pesquisadores e professores das diferentes áreas de conhecimento, com base no trabalho dos anos anteriores, sugeriu que fossem constituídas equipes para elaborar provas – e não itens isolados. Foi enfatizada a necessidade do trabalho conjunto para propiciar as discussões decorrentes e promover uma melhor compreensão da interdisciplinariedade na proposta e na solução dos problemas.

As equipes, coordenadas pelos autores da Matriz, foram constituídas por novos elaboradores de itens, além daqueles professores que demonstraram bom desempenho nas edições anteriores, contando cada uma com sete elaboradores, um para cada disciplina. Cada equipe teve a incumbência de elaborar quatro provas. Foram escolhidos cinco núcleos para a elaboração dos itens: São Paulo, Campinas, Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro. A escolha dessas cidades foi feita baseada na possibilidade futura de os grupos de elaboradores serem integrados à estrutura de uma universidade pública.

O grupo de autores e de especialistas em conteúdos elaborou o ajuste técnico a partir da análise de 1.260 itens. Foram aceitos, corrigidos, reformulados, ajustados tecnicamente e indicados 405 itens para o pré-teste de 2000. Os demais permanecem guardados no Banco de Itens do ENEM, aguardando ajustes técnicos e pedagógicos.

Os Comitês Técnico e Consultivo do ENEM, instituídos em fevereiro e março de 1999, respectivamente, desempenharam papel relevante no ENEM 2000.

O Comitê Técnico do ENEM, que é composto por renomados especialistas em medidas educacionais e em educação, vem realizando uma criteriosa avaliação externa do trabalho desenvolvido pela equipe técnica do ENEM. Em 2000, a atuação do Comitê foi decisiva para o aperfeiçoamento da estrutura teórica e metodológica do exame.

O Comitê Consultivo do ENEM é constituído, por sua vez, por representantes indicados pelas instituições da sociedade civil que representam profissionais da educação de diferentes naturezas, segmentos e abrangências. Enquanto o Comitê Técnico observa o ENEM enfocando prioritariamente seu potencial como instrumento de avaliação, o Comitê Consultivo focaliza os efeitos sociais e políticos dos resultados de sua aplicação, procurando sinalizar as mudanças desejáveis na educação.

Constituem o Conselho Consultivo representantes das seguintes instituições: Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu), Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica do MEC (SEMTEC), Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Secretaria de Relações Trabalhistas (Ministério do Trabalho), Fórum de Pró-Reitores de Graduação, Confederação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e Fundação Nacional do Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

Em 2000, intensificou-se a articulação do ENEM com as Secretarias de Estado da Educação, acentuadamente em questões ligadas à aplicação do exame. Por solicitação do MEC/INEP, cada secretário estadual de educação indicou formalmente um representante, como interlocutor junto ao INEP/ENEM, tornando, assim, mais ágil e fácil a comunicação entre o INEP e os Estados onde o Exame é realizado.

A utilização dos resultados do ENEM nos processos de seleção das instituições de ensino superior é a primeira modalidade social de uso do exame e, desde sua implantação, há três anos, constitui-se o mais forte atrativo aos que a ele se submetem. Instituído em 1998, o Exame vem se consolidando e ganhando cada vez mais credibilidade junto às instituições de ensino superior do País.

As IES que utilizam o resultado do ENEM em seus processos seletivos comprometem-se formalmente com o sigilo dos dados individuais dos participantes e têm acesso a um sistema de coletas de informações bastante seguro que permite informar ou confirmar, com fidedignidade, o desempenho dos participantes.

A metodologia adotada pelo MEC/INEP para apresentar o ENEM às IES e aos demais setores da sociedade interessados nos seus resultados tem se constituído de práticas de natureza essencialmente acadêmica em que são evidenciados, com total transparência, todos os contornos do exame.

Em função dessa metodologia, foram realizados seminários, reuniões técnicas, minicursos e conferências.

A perspectiva de aumentar a abrangência do ENEM em 2001, derivada da gratuidade do Exame para alunos de escolas públicas, tal como anunciado pelo Ministro, traz para o INEP o desafio de manter a qualidade dos serviços prestados até então, expandindo a oferta dos mesmos serviços em tempo hábil para todo o território nacional.

2.2.3 ENC

O Exame Nacional de Cursos (ENC), implantado em 1996, com base na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 e no Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, integra o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, do qual fazem parte dois procedimentos coordenados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC): a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, à qual são submetidos os mesmos cursos avaliados pelo ENC, e as Avaliações de Cursos de Graduação pelas Comissões de Ensino da SESu, previamente às respectivas autorização ou reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em 2000, o ENC deu mais um passo para a sua consolidação definitiva como principal instrumento de avaliação do ensino de graduação. Como planejado, na quinta edição deste exame foram submetidas à avaliação mais cinco áreas de graduação (Agronomia, Biologia, Física, Psicologia e Química), totalizando 18 áreas que envolveram 2.888 cursos, abrangendo 197.840 graduandos em todo o País.

Enquanto um sistema avaliativo em construção, o ENC vem incorporando diferentes instrumentos para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, tais como encontros e debates com estudantes, professores e dirigentes de Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de ampliar a discussão, trocar idéias e acolher sugestões. Nessa perspectiva, foi dada continuidade ao ciclo de seminários iniciado em 1999 e intitulado "Para melhorar, não basta avaliar", com a realização de sete seminários ao longo do ano 2000.

Paralelamente ao seu aprimoramento interno, o ENC vai consolidando-se e contribuindo para a manutenção e elevação da qualidade do ensino de graduação no País, como comprovam diversos fatos, tais como: a crescente preocupação das IES com a qualificação do seu corpo docente em termos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado; a mobilização das IES, pressionadas pelos alunos e pela sociedade, para melhorar as condições de oferta de seus cursos; o número cada vez menor de provas em branco, o que revela uma maior participação e menor resistência dos estudantes à avaliação; e o envolvimento dos coordenadores de cursos, mais empenhados e dispostos a colaborar com as comissões de cursos na formulação das diretrizes do Exame.

Ao tornar-se um instrumento mais preciso, o ENC responde às expectativas da sociedade, que demanda informações confiáveis sobre a qualidade do ensino oferecido pelas instituições de ensino superior. Dessa forma, ao permitir uma diferenciação mais criteriosa entre os cursos avaliados, o ENC cumpre sua principal finalidade, que é produzir referências objetivas para incentivar e orientar as instituições a corrigirem suas deficiências e investirem na melhoria do ensino.

2.3 – DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Com a finalidade de tornar as informações acessíveis aos usuários, constituídos pelos diferentes atores da área educacional em seus diversos níveis e pelos mais variados segmentos sociais formados por pesquisadores e especialistas na área de educação, o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC) passou recentemente por uma completa reestruturação, transformando-se em núcleo difusor de informações educacionais, com ênfase na avaliação e estatísticas produzidas pelo próprio INEP, e de informações gerais processadas por instituições nacionais e internacionais. O sistema de informações desenvolvido pelo CIBEC permite a disseminação virtual e local. Dessa forma, o CIBEC atua tanto como provedor de informações quanto facilitador do acesso a diferentes bases de dados. Para desempenhar este duplo papel, foram criadas uma série de ferramentas de pesquisa, disponibilizadas por meio da página da WEB do INEP.

A atualização rotineira dos diversos produtos, entre os quais pode-se destacar a Biblioteca Virtual de Educação, o Perfil Municipal da Educação Básica e do Programa de Legislação Educacional Integrada, constitui-se atividade básica no tocante ao tratamento da informação.

Fundamental na divulgação dos resultados das avaliações, levantamentos censitários e estudos realizados, a linha editorial do INEP passou por uma diversificação na sua produção editorial. Atualmente é constituída por três tipos de publicações: institucionais, periódicos e títulos avulsos.

As publicações institucionais compreendem os relatórios técnicos das avaliações e os relatórios e sinopses estatísticos dos censos educacionais realizados pelo INEP. Os periódicos abrangem as revistas *Em Aberto* e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* e a *Série Documental*. Já os títulos avulsos resultam de parcerias/colaboração com o INEP.

Em 2000, foram publicadas dois números do *Em Aberto*, 38 textos na *RBEP* e, na *Série Documental*, foram publicados dois títulos. Entre as publicações institucionais, foram publicados 56 títulos, além dos textos publicados pelo COMPED.

Por último, outro importante espaço utilizado pelo INEP para a divulgação e disseminação de seus produtos editoriais e das informações que produz são os eventos dos quais participa ou promove. Em 2000, o INEP organizou, realizou ou apoiou a 21 eventos.

2.4 – PROJETOS, ESTUDOS E ATIVIDADES INTERNACIONAIS

O INEP desenvolveu extensa cooperação internacional na área de avaliação, estatísticas e indicadores educacionais, tanto em nível multilateral quanto bilateral.

Desde 1997, o INEP coordena a participação brasileira no Projeto Mundial de Indicadores Educacionais (WEI, desenvolvido em parceria pela Unesco e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE). O Projeto visa desenvolver um conjunto de indicadores comuns que efetivamente reflita o estado atual da educação de maneira internacionalmente válida, eficiente e oportuna, cobrindo uma ampla variedade de dimensões, como o contexto, os insumos, os processos e os produtos dos sistemas educacionais. Seus resultados, além de publicados no anuário da OCDE “Education at a Glance – 2000”, foram divulgados no relatório “Investing in Education – Analysis of the 1999 World Education Indicators”.

Outro projeto internacional de grande relevância de que o INEP está participando é o PISA 2000 (*Programme for International Student Assessment*), também coordenado pela OCDE. Trata-se de uma aferição ampla dos conhecimentos, habilidades e competências dos estudantes de 15 anos nas áreas de leitura, matemática e ciências. O PISA será um instrumento fundamental para se proceder a uma comparação internacional dos sistemas educacionais, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo, resultando na produção sistemática e regular de indicadores de rendimento e desempenho.

No plano hemisférico, o INEP participou de três grandes iniciativas internacionais: o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação, o Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul e a Linha de Ação em Avaliação e Indicadores Educacionais da Cúpula das Américas. No Laboratório, coordenado pelo Escritório Regional de Educação da Unesco (OREALC), foi desenvolvida e aprofundada a análise dos resultados do Primeiro Estudo Internacional Comparativo em Língua, Matemática e Fatores Associados nas 3ª e 4ª séries, realizado em 1997. No Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul, foram atualizados os indicadores educacionais calculados, e iniciados os trabalhos para o desenvolvimento de uma terminologia educacional comparável. Na Cúpula das Américas, o INEP, coordenador dessa linha de ação, participou da elaboração do Projeto Hemisférico de Indicadores Educacionais e propôs a criação do Fórum Hemisférico de Avaliação Educacional, cujas atividades serão iniciadas em 2001.

Como o órgão responsável pelo monitoramento da situação educacional brasileira, o INEP coordenou a participação do País no Fórum Mundial de Educação, acompanhando os desdobramentos das metas de Educação para Todos, propostas na ocasião.

Além disso, estabeleceu parcerias estratégicas com diversos países – notadamente Reino Unido, Estados Unidos, França e Canadá – voltados para o intercâmbio de experiências e a capacitação de recursos humanos, por meio de seminários, reuniões e visitas técnicas.

Finalmente, o INEP recebeu missões da Bolívia, da República Dominicana, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), interessadas em conhecer a excelência técnica e os conhecimentos adquiridos pelo órgão no levantamento de estatísticas, na produção de indicadores e na realização de avaliações educacionais.

Não há dúvidas de que a inserção em projetos e estudos internacionais e a promoção de iniciativas de cooperação, além de situarem o desempenho do sistema educacional brasileiro diante de outros países, apresentam enormes possibilidades de aprendizagem e apropriação de novos conceitos, metodologias e procedimentos. Ademais, ao participar dessas iniciativas, o INEP consolida-se definitivamente como órgão de referência na América Latina no campo das estatísticas e avaliações educacionais.

3 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS POR ÁREA

3.1 – DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (SEEC)

A Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC) é responsável pela coordenação, em âmbito nacional, do Sistema Estatístico da Educação, desenvolvido mediante ação conjunta entre o MEC e as secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal. Seu objetivo é produzir dados e informações estatísticas sobre os estabelecimentos escolares, oferta e demanda de matrículas, rendimento e movimento dos alunos, qualificação do corpo docente e demais informações relevantes para subsidiar a formulação, implantação e monitoramento das políticas educacionais nos diversos níveis de governo.

De acordo com a Estrutura Regimental do INEP, são competências desta Diretoria:

- planejar, programar e propor ações voltadas à produção de dados estatísticos educacionais;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a coleta de dados e informações educacionais;
- promover, em articulação com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e com outros órgãos públicos e privados, a coleta sistemática de estatísticas educacionais;
- divulgar informações e dados estatísticos referentes aos sistemas de ensino;
- manter atualizados os sistemas de informação e os bancos de dados relativos à área de atuação do INEP.

Em 1999, na consecução das finalidades acima descritas, o SEEC executou as ações sumariamente descritas a seguir.

3.1.1 ATIVIDADES REALIZADAS

3.1.1.1 CENSO ESCOLAR

a) Censo Escolar de 1999

- O retorno das informações censitárias de 1999 às escolas foi realizado em março de 2000, com o questionário do Censo Escolar do mesmo ano;
- A elaboração do Relatório de Revisão do Censo Escolar de 1999, envolvendo todos os procedimentos de correção do Censo, foi finalizada em fevereiro de 2000. Esses relatórios foram encaminhados aos Tribunais de Contas dos Estados, ao Ministério Público, ao TCU, aos secretários estaduais e municipais de Educação, ao CONSED e à UNDIME;
- Os resultados da Revisão do Censo Escolar foram apresentados ao Comitê de Acompanhamento do Censo Escolar em fevereiro;
- A sinopse estatística da Educação Básica/99 foi elaborada entre março e maio e distribuída em junho.

b) Censo Escolar de 2000

- De outubro de 1999 a março de 2000 aconteceu a campanha para sensibilização das instituições envolvidas;
- Em fevereiro de 2000, técnicos do INEP participaram, a convite da Embaixada Americana, de uma missão nos Estados Unidos para conhecer o sistema de informações da Educação Básica, naquele País;
- A distribuição dos questionários ocorreu em março;
- A adequação do sistema de processamento do Censo Escolar 2000 foi realizada de dezembro de 1999 a março de 2000. Nos meses de fevereiro e março, foram realizados os testes, com vistas à liberação dos módulos nacional, estadual, regional e municipal e do questionário via Internet;
- A atualização dos bancos de dados das unidades estaduais, bem como a instalação dos módulos, foi realizada via rede, implantada nas secretarias estaduais de Educação e mantida pelo INEP/MEC;
- A expansão da utilização do módulo regional de entrada e consistência de dados, já implantado em um terço das regionais de ensino do País em 1999, se deu com a incorporação do Estado do Rio Grande do Norte, com todo o processo de apuração descentralizado em suas regionais, a exemplo de São Paulo, Bahia e Tocantins. Outros Estados, como Mato Grosso, Pará, Paraná e Santa Catarina, o implantaram em algumas de suas unidades;
- Assistência técnica contínua às unidades de estatística das secretarias estaduais;
- O processo de consistência de dados, nos Estados, foi realizado de abril a julho de 2000, sob a supervisão do INEP. À medida que esses

- dados foram sendo enviados ao INEP, iniciou-se um novo processo de consistência, complementar ao primeiro, que durou de julho a agosto;
- Os resultados de 26 unidades da Federação foram publicados no Diário Oficial da União em 30 de agosto;
 - Os resultados referentes ao Estado do Rio de Janeiro foram publicados em 13 de novembro, após seis semanas de trabalho de assistência de uma equipe do INEP na Secretaria da Educação daquele Estado, que não utilizou o SIEd na apuração do Censo Escolar;
 - A análise dos recursos de revisão do Censo Escolar, previstos na legislação vigente, foi realizada de outubro a dezembro;
 - Em outubro e novembro, foi realizada a pesquisa de verificação das informações declaradas no Censo Escolar de 2000;
 - A correção do banco de dados em função dos recursos e dos resultados da pesquisa foi realizada durante os meses de novembro e dezembro;
 - Foram realizados treinamentos para os técnicos das equipes estaduais para a utilização de *software* de acesso às informações do Censo Escolar e atualização para instalação do banco de dados durante o mês de novembro de 2000, divididos em 3 turmas com duração de três dias para cada grupo;
 - A republicação dos resultados se deu no Diário Oficial do dia 24 de dezembro, por meio da Portaria nº 2.093, de 22 de dezembro de 2000;
 - A Sinopse Estatística da Educação Básica/2000 está em fase de elaboração, devendo estar concluída até fevereiro de 2001, quando será enviada para publicação.

c) Preparação do Censo Escolar de 2001

O aprimoramento dos instrumentos de apuração dos dados resultou do levantamento das necessidades dos sistemas de ensino de todo o País e das secretarias do MEC e da sua discussão durante a reunião técnica realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2000.

3.1.1.2 CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

a) Censo do Ensino Superior de 1999

A coleta de dados iniciou-se em setembro de 1999. A apuração foi concluída em julho de 2000 e a Sinopse Estatística publicada em dezembro.

b) Censo da Educação Superior de 2000

- A reformulação do Sistema Integrado de Informações Educacionais da Educação Superior (SIEd-Sup) prosseguiu durante o ano de 2000, quando os primeiros resultados foram alcançados.
- Uma comissão técnica foi constituída com representantes das associações das IES públicas e privadas, para discussão do conteúdo e da forma do projeto da SIEd-Sup. Essa comissão reuniu-se com a equipe técnica da Coordenação-Geral de Estatística de Educação Superior no primeiro semestre de 2000. Nesse período, foram realizadas reuniões com técnicos da SESu, CAPES, CNPq

e CNE para definir conceitos e preparar a articulação do sistema em desenvolvimento. A comissão definiu a base das informações para o cadastro das IES e de seus cursos, bem como sugeriu o conteúdo do Censo do Ensino Superior.

- A partir dessas diretrizes, foi iniciado o desenvolvimento do SIED-Sup, compreendendo o conjunto de questionários para o cadastro e para ser aplicado no levantamento do Censo no ano 2000. Além disso, foram elaboradas as instruções de preenchimento e o glosário. O sistema de cadastro foi posto em produção em outubro de 2000, e os dados do censo começaram a ser coletados em dezembro desse ano. Para a apropriação correta dessas informações, o SEEC está propondo uma nova tabela de classificação de áreas dos cursos superiores, que é uma adaptação da classificação internacional desenvolvida pela EUROSTAT/Unesco/OCDE.
- Em junho de 2000, técnicos do INEP participaram, a convite da Embaixada Americana, de uma missão nos Estados Unidos para conhecer o sistema de informações e controle da educação superior naquele país.

3.1.1.3 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS

a) Censo da Educação Profissional – 1999

- A coleta de dados, iniciada em dezembro de 1999, estendeu-se até março de 2000;
- O processo de consistência e análise de dados deu-se no período de abril a setembro;
- Os resultados foram divulgados em 24 de outubro de 2000.

b) Censo Escolar Indígena – 1999

- O processo de coleta de dados, iniciado em dezembro de 1999, estendeu-se até junho de 2000;
- A consistência dos dados foi realizada até a segunda semana de dezembro;
- O documento final encontra-se em fase de elaboração, e sua divulgação está prevista para o mês de março de 2001.

c) Censo Complementar da Educação Especial – 1999

- O processo de coleta de dados, iniciado em dezembro de 1999, estendeu-se até agosto de 2000;
- A análise de consistência dos dados encontra-se em fase final, com previsão de término em fevereiro em 2001;
- O documento final deverá ser elaborado entre os meses de março e abril, estando a divulgação prevista para maio.

d) Censo da Educação Infantil – 2000

- A discussão para a preparação do Censo foi feita por meio de reuniões com técnicos da SEF – Coordenação de Educação Infantil, especialistas da área e instituições envolvidas no atendimento às crianças de 0 a 6 anos;
- O processo de coleta de dados iniciou-se em novembro de 1999 e deve estender-se até março de 2001;

- O relatório final deverá ser elaborado entre os meses de maio e junho de 2001.

e) Pesquisa do Livro Didático – 2000

Pesquisa encomendada pelo FNDE para avaliar o percentual de devolução dos livros didáticos distribuídos aos alunos do ensino fundamental.

3.1.1.4 AÇÕES DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

a) SAEMEC

O Sistema de Administração Escolar (SAEMEC) passou por um processo de revisão e conseqüente correção do programa durante o ano de 2000, após avaliações internas e externas. O SAEMEC encontra-se implantado em cerca de 12.000 escolas em todo o País, e será oficialmente entregue em fevereiro de 2001.

b) Modelo de organização para as escolas com até 100 alunos

Desenvolvimento de um modelo composto por fichas e pastas, com vistas a facilitar o preenchimento do Censo Escolar para escolas de 1ª a 4ª série com até 100 alunos. O material será distribuído aos sistemas municipais de ensino em 2001.

3.1.1.5 MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Durante o ano de 2000, além das sinopses estatísticas dos censos realizados pelo SEEC, foram elaborados materiais e sistemas para divulgação das informações contidas nos seus bancos de dados. Os principais produtos foram os seguintes:

- A Matrícula do Ensino Fundamental em Perspectiva – Projeção de matrícula no Ensino Fundamental no Brasil e unidades da Federação 2000-2001; publicado em julho de 2000.
- Geografia da Educação Brasileira; publicado em novembro.
- *Folder* da Educação Básica no Brasil (Brasil, Regiões e unidades da Federação); no prelo.
- Resultados e Tendências da Educação Superior; publicação de seis volumes sobre a evolução de estatísticas básicas e indicadores do ensino superior; publicado em agosto.
- Imagem da Educação Brasileira; geração de bases de dados agregadas, em nível de município, e *software* de consulta, contendo os principais dados produzidos pelo SEEC; disponível em dezembro.
- Base de Dados com Indicadores no *Oracle*; cálculo de um conjunto de indicadores por escola e carga dos resultados, em *Oracle*, no banco SIEd; disponível em dezembro.
- Criação, Atualização e Consistência de Indicadores; cálculo dos 30 indicadores de referência com os dados do Censo Escolar 1999; disponível em maio.

3.1.1.6 ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE USUÁRIOS – DEMANDA NÃO-ESTRUTURADA

- Foram atendidas 2.505 solicitações no ano de 2000. Isso corresponde a uma média mensal de 208 atendimentos, superando a de 1999, que foi de 150;
- Principais usuários em 2000: FNDE/MEC, Ciset/MEC, Secretarias do MEC, Programa Acorda Brasil, Projeto Nordeste, Programa Fala Brasil, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, CNE, CNTE, Comunidade Solidária, embaixadas, Ministérios, Banco Mundial, IBGE, pesquisadores e estudantes diversos.
- Revisão e fornecimento de dados para as publicações: *Educação para a Sociedade da Informação*, julho de 2000; *Relatório de Desenvolvimento Humano/Banco Mundial*, julho de 2000; *Desenvolvimento de Professores no Brasil/Banco Mundial*, outubro de 2000; *Unicef – Country Note/Brasil*, dezembro de 2000; *Quem sacudiu a educação brasileira/C.M.Castro*, outubro de 2000.

3.1.1.7 DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS PARA APOIO ÀS DECISÕES DE POLÍTICAS DO MEC

- Definição de Plano Amostral para planejamento de pesquisa para avaliação do *Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo*; trabalho realizado em agosto de 2000;
- Diagnóstico da Situação Educacional de Jovens e Adultos para subsidiar a definição da clientela do Projeto IDH-14, inclusive com o lançamento da publicação; trabalho realizado em setembro de 2000;
- Trabalho para a SEF sobre Educação Infantil para subsidiar programa de expansão do atendimento desse nível de ensino na rede pública. Contemplou o cálculo de indicadores de demanda e oferta, docentes por grau de formação e projeção de cenário futuro (matrícula e população na faixa etária de 0-6 anos); trabalho realizado em outubro de 2000;
- Geração de base de dados contendo indicadores por escola para acompanhamento e avaliação do programa PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) do Fundescola nas ZAPs. Dados enviados em maio e dezembro de 2000;
- Geração de base de dados contendo indicadores de defasagem idade/série (acima de 2 anos) para subsidiar o programa de aceleração de aprendizagem da SEF/MEC; trabalho realizado em abril de 2000;
- Cálculo da estimativa de gasto com o Programa Dinheiro Direto na Escola, a partir da matrícula e do perfil de escola; trabalho realizado em janeiro de 2000.

3.1.1.8 FINANCIAMENTO E GASTO EM EDUCAÇÃO

- Desenvolvimento de um sistema de levantamento de informações sobre financiamento e gasto em Educação com a Unicamp: definição

e descrição de uma proposta de estrutura do sistema, bem como o desenvolvimento de técnicas de interatividade com os potenciais usuários do sistema.

- Conjuntamente com o IBGE, foram desenvolvidos trabalhos de construção de uma metodologia comparável de Contas Regionais, em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatísticas. Vi-sou-se, com esta metodologia, à construção de um conjunto de indicadores coerentes e comparáveis, no tempo e no espaço, criando as condições técnicas para a elaboração dos gastos regionalizados com educação para cada unidade da Federação. A metodologia adotada de construção das Contas Regionais foi elaborada pelo IBGE/Departamento de Contas Nacionais. Como resultado, produziram-se indicadores básicos de financiamento e gasto público com educação para os períodos 1997 e 1998.
- Juntamente com a Unicamp, foi desenvolvido um estudo para a mensuração dos gastos privados com educação para o ano de 1997. Esse estudo abrange desde a definição de uma metodologia, até a produção de indicadores básicos de gasto privado com educação.

3.1.1.9 ESTUDOS INTERNACIONAIS

- Participação no projeto piloto de Indicadores Educacionais WEI – World Education Indicators da Unesco/OCDE desde 1997. A partir dos resultados do WEI/1999, foi elaborada uma análise comparativa entre os países participantes do projeto, culminando com a publicação da OCDE *Investing in Education: Analysis of the 1.999 WEI Indicators* em fevereiro de 2000.
- Ainda, como parte do projeto WEI, foi produzido, junto com os países-membros da OCDE, um conjunto básico de indicadores educacionais, resumidos na publicação *Education at a Glance – OECD Indicators 2.000*, de abril de 2000.
- Elaboração de uma série histórica, de 1996 a 1998, de um conjunto básico de indicadores educacionais para os países do Mercosul, publicados na página *WEB* do Mercosul Educacional.
- Como parte do Acordo Bilateral Brasil – Estados Unidos, foram realizadas visitas a instituições educacionais nos estados de Maryland e Virgínia, durante as quais se discutiu: planejamento, coleta e produção de estatísticas e indicadores educacionais; descentralização do sistema educacional americano e seu impacto nas estatísticas nacionais; definição de padrões conceituais e metodológicos nacionais; e o problema da comparabilidade dos indicadores educacionais entre os estados americanos, entre estes e o total nacional, e com outros países.
- Participação, como país coordenador da linha de ação 2 da Cúpula das Américas, da elaboração final da proposta de produção de um conjunto básico de indicadores educacionais para a região, em Washington, em agosto de 2000. Como resultado, decidiu-se: construir um conjunto básico de indicadores comparáveis em educação para as Américas, considerando as iniciativas já existentes, e aproveitando dos indicadores já produzidos pelo UIS/Unesco; fortalecer

os sistemas nacionais de indicadores e desenvolver um programa de assistência técnica nos países que o necessitem; publicar os indicadores e promover seu uso na adoção de políticas educacionais. Ao Brasil, enquanto coordenador da linha 2, coube o papel de promotor de apoio político para a efetiva implementação dos objetivos da linha e velar pela coordenação entre o Projeto de Indicadores e o Projeto de Avaliação.

3.1.1.10 AÇÕES DE INFORMÁTICA

Além dessas ações, a SEEC também é responsável pelo estabelecimento de normas e procedimentos para a integração e o desenvolvimento de sistemas de informação, fornecendo apoio às demais áreas do INEP para a informatização de funções de interesse corporativo e para o desenvolvimento de serviços e produtos informatizados.

Nesse sentido, a estrutura de informática desenvolvida pelo INEP no ano de 2000 foi concebida para atender às especificações de flexibilidade e segurança, sendo um sistema aberto, interativo, totalmente administrável, com alto grau de desempenho, confiabilidade e independência tecnológica.

Essa arquitetura vem operando com uma plataforma híbrida de sistemas operacionais, que são UNIX Solaris, Linux e Microsoft Windows NT. Esta concepção faz com que o nível de segurança operacional do sistema seja muito elevado, atingindo alta estabilidade em regime de funcionamento, devido ao uso do sistema UNIX. Portanto, no primeiro nível do sistema, operando em UNIX, estão localizados os servidores de alto desempenho com o sistema de tolerância a falhas, repositório de dados de alta capacidade e velocidade e sistema de cópia (*backup*) da rede como um todo.

- a) Redes de Comunicação de Dados
 - Aquisição de equipamentos (sistema de comunicação *wireless*, roteador, *rack*, videoconferência, discos rígidos);
 - Aquisição de *softwares* (Norton antivírus, agentes de gerência de redes, *firewall*);
 - Estabelecimento de rotinas para melhoria do desempenho da rede;
 - Instalação de *links* na Internet com Embratel e RNP;
 - Desenvolvimento e implementação de Política de Segurança da Informação;
 - Suporte permanente a usuários.

- b) Administração de Bancos de Dados
 - Atividades rotineiras de administração de banco de dados, como realização de cópias de segurança (*backup*), gerenciamento de usuários, gerenciamento de espaços físico em disco, ajuste para desempenho de aplicação e banco, suporte ao desenvolvimento de sistemas e ao usuário;
 - Estabelecimento de uma nova política de *backup*, com o objetivo de tornar o banco de dados disponível 24 horas por dia;
 - Elaboração de uma documentação mais detalhada das estruturas dos bancos de dados;

- Modificação de parâmetros de funcionamento do Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados ORACLE para atender às aplicações da Internet;
 - Migração dos bancos de dados do INEP para a plataforma SUN Solaris/Risc.
- c) Administração de Dados
- Elaboração e validação de modelos de dados para os subsistemas do SIEd desenvolvidos e mantidos pelo INEP, bem como dos sistemas administrativos;
 - Elaboração de Plano de Padronização de documentação para os sistemas desenvolvidos e terceirizados pelo INEP.
- d) Desenvolvimento de Sistemas
- Desenvolvimento e manutenção dos subsistemas do SIEd sob a responsabilidade do INEP, bem como dos sistemas administrativos da autarquia;
 - Reformulação do SIEd-Sup, o qual inclui a atualização do sistema do *Provão*, do novo cadastro das IES e cursos e do Censo da Educação Superior;
 - Atualização do SIEd-Censo, SIEd-SAEB e do SIEd-ENEM;
 - Censo da Educação Especial, da Educação Escolar Indígena e da Educação Profissional;
 - Desenvolvimento de um sistema de consulta para o SIEd;
 - Estudos para o desenvolvimento de um *Data Warehouse* para facilitar o uso das bases de dados do INEP.
- e) Suporte ao Usuário
- Serviços contínuos e permanentes de suporte prestados ao usuário;
 - Plano para aprimorar os serviços de suporte aos usuários através da implementação de ferramenta de *help-desk* integrada à ferramenta de gerência de redes de computadores.

3.2 – DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DAEB)

A Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) tem como principal projeto, sob sua responsabilidade, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os dados levantados, a cada dois anos, por meio da aplicação de provas aos alunos e de questionários para professores e diretores, depois de analisados, permitem acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e aspectos que estão associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

A partir das informações do SAEB, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas para a correção de distorções e debilidades identificadas e dispor de subsídios concretos para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas.

Compete a esta diretoria:

- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de avaliação da educação básica;

- subsidiar, por meio de informações e dados resultantes de avaliações, a formulação e a implementação de políticas educacionais, na área da educação básica;
- promover o intercâmbio e a cooperação técnica com órgãos da administração pública, instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e entidades privadas, na área de avaliação da educação básica;
- apoiar a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de instituições especializadas na área de avaliação da educação básica;
- promover e estimular a disseminação dos resultados do SAEB e de estudos e pesquisas avaliativas para os agentes do sistema educacional e a sociedade em geral;
- manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.

3.2.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS

3.2.1.1 SAEB/99 – DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES DE RESULTADOS

Concluídos os trabalhos de campo e de processamento e transcrição das informações coletadas, iniciou-se, em janeiro de 2000, a constituição das bases de dados para proceder às análises de resultados. Nesse sentido, após a análise de consistência das bases de dados dos questionários de aluno, professor, diretor e escola, foram calculados os pesos para expansão da amostra e dos erros amostrais dos levantamentos de 95, 97 e 99.

Enquanto as análises de resultados estavam sendo efetuadas (de fevereiro a junho), foram realizadas oito reuniões técnicas com as equipes da Diretoria e do Consórcio contratado, com o objetivo de monitorar as consistências das análises e discutir as metodologias utilizadas, além dos resultados obtidos. Assim, foram acompanhados os processos de elaboração da análise clássica, calibração dos itens, *equating* entre séries e anos, estimação da proficiência dos alunos, transformação linear das escalas, análise de dimensionalidade, cálculo de DIF (Análise de Comportamento Diferencial de Itens entre Anos) e DRIFT (Análise de Comportamento Diferencial de Itens entre Regiões), de relatórios técnico-metodológicos, bem como de três painéis de especialistas para a análise e interpretação das escalas de proficiência de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia. Além disso, foram realizadas três reuniões técnicas para definição de índices baseados nos questionários socioeconômicos e contextuais e quatro reuniões técnicas para monitorar a elaboração de análises hierárquicas.

3.2.1.2 DISSEMINAÇÃO DE RESULTADOS

Com o objetivo de tornar mais efetiva a disseminação de resultados da avaliação, foi elaborada uma proposta de divulgação do SAEB/99, que foi discutida com dirigentes do Ministério e das secretarias estaduais de educação. Apresentada na Segunda Reunião Ordinária do COMSAEB, em fevereiro, a proposta foi ajustada para discussão na Reunião Ordinária do CONSED, em março.

A partir de junho, foram produzidos os seguintes relatórios e materiais de divulgação de resultados:

- *Resultados comparativos do SAEB 95, 97 e 99 em Língua Portuguesa e Matemática;*
- *Níveis de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática;*
- *Dados de contexto – Brasil, Regiões e unidades da Federação;*
- *Relatórios Metodológicos;*
- *Relatórios das Escalas de Proficiência;*
- *Características das Escolas Brasileiras;*
- *Os Diretores das Escolas Brasileiras: principais características;*
- *Fatores Explicativos do Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática: a evidência do SAEB/99;*
- 3 mil tabelas para compor a Sinopse Estatística;
- vídeos: um sobre os resultados comparativos em Matemática e Português e outro sobre as escalas de proficiência em Ciências e História e Geografia;
- *folders* sobre as escalas de proficiência do SAEB/99 (um de Português e Matemática, outro de Ciências e o terceiro de História e Geografia);
- 1 CD-ROM sobre os resultados do SAEB/99, incluindo dados do Relatório, da Sinopse, das Escalas e as tabelas.

Por ocasião da divulgação oficial dos resultados, em novembro, foram distribuídos 150 exemplares dos relatórios: *Resultados comparativos do SAEB 95, 97 e 99 em Língua Portuguesa e Matemática*, *Níveis de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática* e *Dados de contexto – Brasil, Regiões e unidades da Federação*.

Foram, ainda, distribuídos aos membros do COMSAEB 30 exemplares de relatórios metodológicos (*Relatório sobre a Amostra do SAEB/99*, *Relatório da Análise Clássica* e *Análise TRI*, *Relatório sobre o Processo de Construção e Interpretação das Escalas*, *Relatório da Análise de Comportamento Diferencial dos Itens entre Regiões*, *Análise de Comportamento Diferencial dos Itens entre Anos*).

Os resultados do SAEB/99 foram apresentados na Reunião do COMSAEB, do CONSED e em Audiência Pública da Câmara dos Deputados.

Ainda em 2000, foram estruturados bancos de dados de variáveis dos questionários socioeconômicos e de resultados de todos os levantamentos do SAEB. Foi também desenvolvido um módulo para distribuição da Sinopse Eletrônica do SAEB/99 em CD-ROM e pela Internet, bem como preparada a implantação do *Discoverer 3000* para consulta ao Banco de Resultados.

3.2.1.3 ESTUDOS E ANÁLISES

Com a perspectiva de aprofundar as análises sobre os resultados do SAEB e de outras avaliações, e, com isso oferecer aos administradores públicos informações mais acuradas sobre a qualidade dos sistemas de ensino, foram contratados e realizados os seguintes estudos:

- *Tratamento de dados omissos em modelos hierárquicos* – Levantamento das metodologias para tratamento de dados faltantes utilizadas por Willms e Goldstein e aplicação das mesmas aos dados do SAEB.

- *Estudo sobre os fatores associados dos ciclos de 95, 97 e 99, a partir da aplicação de modelos hierárquicos* – Utilização dos mesmos fatores e variáveis resultantes da aplicação de modelos hierárquicos para o ciclo de 1999 nos ciclos de 1995 e 1997, com o objetivo de avaliar a evolução dos fatores associados ao longo desse período.
- *Estudo sobre os fatores associados no âmbito do Primeiro Estudo Comparativo Internacional do Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação da Unesco/Orealc* – Replicação do Modelo Hierárquico Regional Completo, para o Brasil, incluindo a variável idade e outras de interesse, bem como a elaboração de relatório técnico sobre a replicação do modelo hierárquico proposto para Matemática, Língua e Taxa de Avanço.
- Descrição teórica dos níveis de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática relativos ao SAEB/99 e determinação e interpretação da posição dos alunos em cada um deles.
- *Equating* entre os dados da Avaliação dos Concluintes do Ensino Médio (ACEM) e do SAEB/97 – com o objetivo de posicionar as médias das escolas e demais populações avaliadas no ACEM em relação à escala do SAEB/97.
- *Análise da Unidimensionalidade dos Itens do SAEB/97*.
- Nos dias 19 e 20 de outubro de 2000, foi realizado o *Workshop* “Estudo de Qualificação por Níveis de Desempenho”, que contou com a participação de especialistas brasileiros e colombianos das áreas de avaliação, de Matemática e de Língua Portuguesa.

3.2.1.4 ATUALIZAÇÃO DAS MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO

As matrizes de referência, instrumento que orienta a construção de itens de prova do SAEB, e dá transparência e legitimidade ao processo de avaliação ao informar aos interessados o que está sendo avaliado, devem ser sistematicamente revistas e validadas nacionalmente. Assim, com o propósito de proceder à sua atualização, foram executadas as seguintes atividades: análise e revisão de descritores a partir dos resultados de desempenho dos alunos; realização de reuniões técnicas com equipes da área pedagógica de 25 unidades da Federação para discussão dos descritores e sua relação com as propostas curriculares estaduais; análise dos livros didáticos mais distribuídos pelo FNDE, dos recomendados pelo Guia do Livro Didático da SEF e dos livros de 3ª série do Ensino Médio mais vendidos de acordo com a indicação da Associação Brasileira dos Editores de Livros Didáticos (Abrelivros); elaboração de tabela de convergência; elaboração de versão atualizada para orientar o SAEB/2001.

3.2.1.5 APERFEIÇOAMENTO E MANUTENÇÃO DO BANCO NACIONAL DE ITENS (BNI)

- Manutenção de Rotinas – Ações continuadas, como: realização de oficinas para revisão técnica e pedagógica de 8.373 itens; reclassificação de 2.000 itens do SAEB/95 na matriz do SAEB/2001;

análise estatísticas dos resultados da pré-testagem de itens; planejamento de oficinas de elaboração de itens; elaboração de pareceres técnicos aos projetos de avaliação educacional dos Estados; participação em oito reuniões com a consultoria SYNERGY para definição de metodologias relativas ao Banco Nacional de Itens.

- Atendimento a demandas externas – Reuniões técnicas de treinamento de equipes de elaboradores e revisores de itens de secretarias estaduais de educação; suporte técnico à avaliação estadual em sete unidades da Federação e duas secretarias municipais; fornecimento de bases de dados para pesquisadores institucionais e individuais; suporte a trabalhos científicos; cessão de cerca de 30 itens de prova, por série e disciplina, para Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Estado	Séries	Disciplinas
Bahia	4 ^a , 8 ^a e 3 ^a	P e M
Ceará	4 ^a , 8 ^a e 3 ^a	P, M e C
Maranhão	4 ^a	P e M
Minas Gerais	4 ^a , 8 ^a e 3 ^a	P e M
Paraná	4 ^a , 8 ^a e 3 ^a	P e M
Pernambuco	4 ^a , 8 ^a e 3 ^a	P, M e C
Rondônia	4 ^a e 8 ^a	P e M

Municípios	Séries	Disciplinas
Campo Grande	4 ^a	P e M
Salvador	4 ^a	P e M

3.2.1.6 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

As atividades de articulação institucional centraram-se na realização de reuniões do COMSAEB para apresentação da proposta de divulgação e dos resultados do SAEB/99; na participação em reuniões do CONSED; na participação em reunião técnica no IBGE para discussão da proposta do ALL (IALS) e no intercâmbio com as instituições participantes do Programa de Apoio à Avaliação Educacional (PROAV).

Com relação às atividades de cooperação técnica com Estados e municípios, podem ser citados:

- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com 10 unidades da Federação (MG, AC, RO, PR, PE, ES, CE, MA, GO);
- Realização de reuniões técnicas para planejamento de avaliações dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás e nos municípios de Salvador, Campo Grande e Curitiba e estabelecimento de convênios com 19 unidades da Federação, participantes do Fundescola para aquisição de equipamentos de informática, no âmbito do projeto Sistema Integrado de Informações Educacionais (Sied).

3.2.1.7 PROJETOS INTERNACIONAIS

Por meio da participação em projetos internacionais de avaliação, tem sido possível intensificar o intercâmbio de experiências, bem como a incorporação de conhecimento técnico e metodológico necessário à realização de projetos de avaliação comparativa.

Foi com essa perspectiva que se deu continuidade à participação no Primeiro Estudo Comparativo Internacional do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação da Unesco/Orealc, e que foi preparado um *workshop* internacional para criação do Fórum Hemisférico de Avaliação Educacional, no âmbito da Cúpula das Américas. Nesse particular, a proposta de sua constituição foi apresentada na I Reunião do Projeto Regional de Indicadores Educacionais, em Washington/Estados Unidos e na IX Reunião de Coordenadores Nacionais do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação, em Cartagena/Colômbia. Sua aprovação ocorreu na Reunião do Seguimento do capítulo Educação da Cúpula das Américas, no México/México.

Ainda na linha de cooperação técnica internacional, foi realizado um *Workshop* de Especialistas em Avaliação Educacional, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Finalmente, é importante destacar a experiência de participação no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da OCDE. Para a condução dessa pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes atividades: definição da amostra de escolas e de alunos; tradução, adaptação e montagem dos instrumentos (provas e questionários); operações de campo, incluindo recrutamento e treinamento da equipe de campo, aplicação dos instrumentos; codificação de ocupações de pais e alunos dos questionários socioeconômicos; codificação de itens de resposta construída e entrada de dados.

3.3 – COORDENAÇÃO-GERAL DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

A Coordenação-Geral do Exame Nacional do Ensino Médio, formalmente vinculada à Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior (DAES), permanece subordinada diretamente à Presidência do INEP, tendo em vista a importância atribuída ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), implantado em 1998.

A busca constante de aprimoramento teórico, metodológico e operacional para a consolidação do modelo de avaliação que estrutura o exame, foi a característica marcante da realização do ENEM 2000. Neste ano, 390.166 concluintes e egressos do ensino médio inscreveram-se para prestar o Exame, que ocorreu em 169 municípios do País, e 182 Instituições de Ensino Superior manifestaram-se formalmente pela utilização do ENEM nos seus processos seletivos.

3.3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Para os serviços de operacionalização do ENEM, o INEP contratou o consórcio formado pela Fundação Cesgranrio e pela Fundação Carlos Chagas, vencedor do processo licitatório estruturado para a contratação dos serviços de processamento e confirmação das inscrições, formatação e impressão da prova, aplicação e correção da parte objetiva e da redação, emissão e remessa dos boletins

de resultados individuais, estruturação da base de dados, análises estatísticas e elaboração de relatório técnico sobre o exame.

O INEP contratou, ainda, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para o recebimento das inscrições, a distribuição do cartão de confirmação da inscrição, do manual do inscrito, do boletim individual de resultados, emissão de cadastro das fichas de inscrição e remessa dos mesmos ao consórcio.

Em 2000, a divulgação institucional do ENEM foi coordenada em parceria com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Educação. A campanha do ENEM de 2000 foi feita pelo rádio, TV e revistas de grande circulação, além de livretos informativos e cartazes. Foram distribuídos 2 milhões de impressos, 39 mil cartazes institucionais e 7 mil cartazes entre as 18.603 escolas com alunos concluintes do ensino médio. A campanha no rádio foi veiculada em 1.451 emissoras AM e FM entre os dias 29 de maio a 16 de junho. A campanha na televisão abrangeu oito emissoras, com peças de um minuto entre 24 de maio a 15 de junho, e com duração de trinta segundos na prorrogação de 19 a 23 de junho. A divulgação em revistas ocorreu nas de maior circulação, com encartes de duas ou quatro páginas.

Merecem destaque os convites recebidos e aceitos para palestras sobre o ENEM e a Reforma do Ensino Médio em escolas públicas e particulares de todo o Brasil, oportunidades essas em que se consolida a vinculação do ENEM com as instituições de ensino médio.

As inscrições, sob a responsabilidade da ECT, foram efetuadas em 7.000 agências dos Correios em 5.093 municípios brasileiros. Inicialmente previstas para ocorrer no período de 5 a 16 de junho de 2000, foram prorrogadas primeiramente até o dia 23 do mesmo mês por solicitação de algumas Secretarias Estaduais de Educação, interessadas em patrocinar a inscrição de seus alunos da rede pública.

Por força de decisões judiciais liminares, proferidas em processos promovidos por interessados em participar do exame, que se declararam carentes e que objetivavam obter isenção ao exame, resultou em nova prorrogação do período de inscrição até o dia 30 de junho. No cumprimento dessas liminares, foram efetivadas 59.218 inscrições gratuitas.

A prova foi aplicada no dia 27 de agosto, domingo, com início às 13 horas (horário de Brasília) e teve cinco horas de duração. A aplicação das provas foi acompanhada em cada local de realização por observadores indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação e credenciados pelo INEP. Esses observadores elaboraram relatórios que, consubstanciados pelos interlocutores das Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela parceria INEP/SEEs, compuseram o Relatório de Aplicação do ENEM, apresentado ao Ministro da Educação poucas horas após o encerramento do Exame.

3.3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2000

Janeiro

- Reunião técnica com autores e especialistas para o ajuste técnico e pedagógico dos itens;
- Preparação do Projeto Básico para licitação do ENEM 2000.

Fevereiro

- Reunião do Comitê Técnico do ENEM;

- Seminário Teórico do ENEM em Fortaleza, promovido pela Universidade Federal e pela Secretaria Estadual de Educação;
- Elaboração de documentos estruturais do Exame (questionário socioeconômico, ficha de inscrição e cartão de confirmação).

Março

- Preparação de itens para pré-testagem;
- 1ª reunião com especialistas para definição do tema da redação.

Abril

- Monitoramento da pré-testagem.

Mai

- Análise das propostas técnicas do processo de licitação;
- 2ª reunião com consultores para definição dos critérios de correção da redação.

Junho

- Monitoramento do processo de inscrição;
- Análise do pré-teste;
- Seminário teórico do ENEM em Ribeirão Preto-SP.

Julho

- Definição e formatação final da prova;
- Remessa da prova ao Consórcio;
- Análise e aprovação formal da proposta dos locais de realização da prova.

Agosto

- Recebimento, conferência e disponibilização do cadastro dos inscritos;
- Coordenação e monitoramento da aplicação do exame.

Setembro

- Monitoramento da correção da redação;
- Recebimento e conferência da base de dados, sem a nota da redação.

Outubro

- Recebimento e conferência da base de dados, com a nota da redação;
- Análise de consistência e integridade dos dados para autorização de confecção dos boletins individuais de resultados.

Novembro

- Recebimento e análise do Relatório dos Resultados do ENEM/2000 entregue pelo consórcio;
- Elaboração do Relatório Final do ENEM/2000.

Dezembro

- Divulgação nacional dos resultados do ENEM/2000;
- Reunião com os reitores das universidades públicas federais;
- Reunião do Comitê Consultivo do ENEM;
- Preparação de documentos e projetos para o ENEM/2001.

3.4 – DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR (DAES)

A Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior (DAES) tem como principal projeto, sob a sua responsabilidade, o Exame Nacional de Cursos (ENC). Segundo estabelece a estrutura regimental do INEP, compete a esta diretoria:

- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização de exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acesso ao ensino superior;
- coordenar o processo de aplicação de exames, visando subsidiar o sistema nacional de avaliação dos cursos de graduação, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de aplicação de exames de avaliação das aptidões acadêmicas do ensino médio, com vistas ao acesso ao ensino superior, de acordo com a legislação vigente;
- divulgar resultados e produtos referentes aos exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acesso, ao ensino superior;
- manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC).

3.4.1 EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC)

A quinta edição do Exame Nacional de Cursos (ENC) envolveu 18 áreas de graduação, 2.888 cursos e mais de 197 mil graduandos em todo o País, consolidando-se como instrumento fundamental do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. O ENC fornece anualmente informações que irão orientar as políticas para a educação superior e subsidiar ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

As Comissões de Cursos permanecem desempenhando um papel essencial na implementação do Exame. Entre setembro de 1999 e março de 2000, as Comissões reuniram-se para definir as diretrizes do ENC/2000 e fornecer às bancas responsáveis pela elaboração e correção das provas orientações detalhadas, como o número e o tipo de questão a serem utilizados na verificação das habilidades e conteúdos estabelecidos. Após a realização do Exame, as mesmas Comissões participaram da definição final do padrão de respostas esperado das

questões discursivas das provas e, em setembro de 2000, reuniram-se para avaliar todo o processo.

Cabe, ainda, destacar a realização dos Seminários “Para Melhorar, Não Basta Avaliar” com a participação dos coordenadores e professores dos cursos de Administração, Direito, Economia, Jornalismo, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Esses Seminários foram promovidos pelo INEP em parceria com o Conselho Federal de Administração (CFA), a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), a Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CEJ/CF-OAB), a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social (ABECOM), a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS), a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), a Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO Nacional e ABENO-SP).

Os sete seminários foram realizados entre abril e setembro, em diferentes localidades, e organizados com os seguintes objetivos:

- analisar as potencialidades do ENC, como elemento auxiliar na gestão do ensino, para subsidiar uma política de melhoria dos cursos de graduação;
- discutir com os coordenadores de curso, responsáveis pela implementação de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos respectivos cursos, as possibilidades de utilização dos resultados do ENC;
- colher subsídios para aprimorar a sistemática de planejamento e execução do ENC.

Seminário	Data de realização	Local
Medicina Veterinária	13 e 14/4/2000	Nova Petrópolis-RS
Direito	3/5/2000	Vitória-ES
Jornalismo	29/5/2000	São Paulo-SP
Economia	11/8/2000	Natal-RN
Odontologia	16/8/2000	Campos do Jordão-SP
Administração	25/8/2000	Salvador-BA
Medicina	18/9/2000	Itaipava-RJ

Cabe destacar, ainda, os instrumentos utilizados pela DAES/INEP para levar informações sobre o Exame Nacional de Cursos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral:

- *Informativo do Provão*: elaborado por área, foi lançado em abril sendo destinado, principalmente, aos graduandos, uma vez que continha informações gerais sobre o ENC/2000 e sobre os conteúdos a serem abordados, formato das provas, horário e material a ser utilizado.
- *Revista do Provão*: enviada, no mês de maio, a todos os graduandos e instituições participantes do Exame; apresentou entrevistas e matérias de interesse da comunidade acadêmica, além de informações sobre o ENC/2000.

- *Relatório-Síntese*: lançado em dezembro, tem se consolidado como fonte permanente de consulta para as instituições de ensino superior, especialistas e sociedade em geral.
- *Relatório da Instituição*: relatório individual enviado, em dezembro, a cada instituição participante do ENC, apresenta dados detalhados sobre o desempenho de cada curso e comparações com o desempenho dos cursos do Brasil, da Região, do Estado e da dependência administrativa a que pertencem. Apresenta não somente os resultados de 2000, mas também os resultados dos Exames anteriores. Esse ano, estes Relatórios foram disponibilizados na Internet, antes da divulgação dos resultados à imprensa pelo Ministro, para todos os coordenadores de cursos e dirigentes das instituições participantes do ENC.
- *Boletim de Desempenho do Graduando*: boletim individual de desempenho, enviado exclusivamente a cada aluno participante do Exame, contém a média geral e dados do Brasil, da Região e do Estado, o que possibilita fazer comparações.

3.4.1.1 ATIVIDADES REALIZADAS

a) Ações planejadas para 2000

Programa: Exame Nacional de Cursos – ENC

Ação 1: Definição de Diretrizes do Exame de 2000 – Elaboração e publicação das Portarias com as diretrizes e realização de reuniões com as comissões dos 18 cursos participantes do ENC/2000 com as bancas elaboradoras das provas.

Ação 2: Realização do Exame de 2000 – Coordenação do processo de inscrição ao ENC/2000 e da preparação para aplicação do Exame (indicação de observadores, divulgação dos locais de prova, plantões, coordenação da aplicação e da divulgação de informações sobre a aplicação); avaliação das provas e instrumentos do ENC pelas comissões e pelos coordenadores de cursos; coordenação do processo de correção das provas.

Ação 3: Divulgação – Elaboração da Revista do Provão, dos Informativos do Provão, do Relatório-Síntese, do Relatório da Instituição e do Boletim de Desempenho do Graduando.

Ação 4: Encontros e Seminários – Realização de sete Seminários com os coordenadores dos cursos de Administração, Direito, Economia, Jornalismo, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia.

Ação 5: Programação do Exame de 2001 – Definição dos cursos e das Comissões para o ENC/2001; realização das reuniões para definição das diretrizes para o ENC/2001.

b) Resultados obtidos em 2000

Todas as ações previstas foram realizadas de acordo com o planejamento.

Ação	Realizada		Período
	Sim	Não	
1) Definição de Diretrizes do ENC/2000	X		Janeiro a Março/2000
2) Realização do ENC/2000	X		Dezembro/99 a Junho/2000
3) Divulgação	X		Março a Dezembro/2000
4) Encontros e Seminários	X		Abril a Setembro/2000
5) Programação do ENC/2001	X		Julho a Dezembro/2000

3.5 – DIRETORIA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS (DDIE)

A Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais (DDIE) é responsável pelo planejamento e execução da política de disseminação do INEP, procurando consolidar um sistema de informações educacionais articulado e integrado, que permita constante acesso a informações fidedignas e atualizadas, contribuindo, dessa forma, com o processo de formação, implementação e avaliação de políticas educacionais, bem como para a viabilização da geração permanente do conhecimento a partir dos bens informacionais consolidados e otimizados.

A DDIE está dividida em duas Coordenações-Gerais: a de Tratamento da Informação e Documentação e a de Difusão de Informações Educacionais.

A Coordenação-Geral de Tratamento da Informação e Documentação tem como principal instância executora de suas atividades o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), especializado na disseminação de informações sobre educação produzida pelo INEP e outras processadas por instituições nacionais e internacionais. O sistema de informações do CIBEC permite a disseminação em diversas mídias e o acesso assistido, seja pela atuação de facilitadores ou pelo treinamento.

A Coordenação-Geral de Difusão de Informações Educacionais (CGDIE) tem como função desenvolver atividades de *produção editorial* e *divulgação institucional*, realizadas pelas Coordenadorias de Produção Editorial e de Programação Visual, no primeiro caso, e pela Coordenação de Divulgação Institucional, no segundo. É responsável pela definição do padrão gráfico e gerenciamento da linha editorial do INEP, pela manutenção e atualização dos cadastros de instituições, pesquisadores e especialistas em educação e, ainda, pela promoção da participação do INEP em eventos educacionais.

Será apresentado a seguir um balanço das atividades realizadas em 2000 pela DDIE, incluindo-se o Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED).

3.5.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (CGTID)

3.5.1.1 AÇÕES PLANEJADAS

O Plano de Trabalho da CGTID teve como objetivo geral consolidar os mecanismos de disseminação das informações e o aprimoramento do atendimento

ao usuário. Para a realização destas tarefas, foram propostas atividades específicas para cada um dos produtos ou das ações desenvolvidas pela Coordenação.

3.5.1.1.1 BIBLIOTECA VIRTUAL EM EDUCAÇÃO (BVE)

Objetivos:

- Atualização e busca de novos *sites* para compor a base de dados da BVE.
- Elaboração de produtos impressos a partir da utilização dos instrumentos de pesquisa da BVE, como, por exemplo, bibliografias sobre temáticas específicas.
- Aperfeiçoamento dos formulários de indexação do banco de dados da BVE.
- Tradução, para o inglês, dos comentários relativos aos *sites* indexados.

3.5.1.1.2 PERFIL MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PMEB)

Objetivos:

- Atualização, a partir das bases de dados fornecidas pelo INEP, das informações sobre a educação no Brasil.
- Incorporação de informações provenientes de outras instituições voltadas para a área educacional, mediante a assinatura de acordos de cooperação.
- Aperfeiçoamento das interfaces de acesso ao PMEB.

3.5.1.1.3 PROGRAMA DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL INTEGRADA (PROLEI)

Objetivos:

- Finalização da alimentação do banco de dados.
- Criação do banco de dados sobre legislação educacional a partir de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) até 1996 – ProLEI Histórico.

3.5.1.1.4 BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (BBE)

Objetivos:

- Disponibilização, via Internet, da Bibliografia Brasileira de Educação, segundo nova metodologia.
- Produção de CD-ROM da BBE, com a base relativa aos anos de 1990 a 1999.

3.5.1.1.5 THESAURUS BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO (BRASED)

Objetivos:

- Atualização dos termos e compatibilização do Thesaurus BRASED com o sistema SABI.

- Disponibilização, via Internet, do módulo de consulta ao Thesaurus e do módulo de reuniões virtuais para o trabalho de validação dos termos em utilização.

3.5.1.1.6 SUMÁRIOS CORRENTES

Objetivos:

- Retomada da periodicidade mensal dos sumários.
- Disponibilização via Internet.

3.5.1.1.7 OBRAS RARAS

Objetivos:

- Envio, para a restauração, de novas coleções consideradas históricas, incluindo-se a RBEP.
- Análise histórica das obras raras e elaboração de um Catálogo de Obras Raras.
- Disseminação, via Internet, dos sumários das obras raras e dos relatórios de restauração.
- Manutenção do rodízio de exposição das obras.
- Realização de palestras temáticas sobre assuntos tratados nos exemplares expostos.

3.5.1.1.8 INTERNET

Objetivos:

- Atualização permanente.
- Implementação de proposta para uma nova página, considerando-se os conceitos de ergonomia e visando à adequação de novos produtos desenvolvidos.

3.5.1.1.9 DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO

Objetivos:

- Intensificação do treinamento para a utilização de ferramentas de pesquisa bibliográfica que permitam a personalização da busca.
- Tratamento das bases secundárias disponibilizadas pelo CIBEC.
- Elaboração de proposta para projeto arquitetônico e lógico para sala de teleconferências.

3.5.1.1.10 DIVULGAÇÃO E EVENTOS

Objetivos:

- Implementação de um sistema estruturado de divulgação do Centro e de seus produtos e serviços, através dos diversos meios e de veículos promocionais específicos para cada tipo de público, evento ou produto novo.
- Realização de eventos como lançamentos editoriais.

3.5.1.1.11 TREINAMENTO

Objetivos:

- Participação de facilitadores em cursos de capacitação.
- Ampliação do treinamento para usuários externos ao MEC e INEP.
- Elaboração de “cartilhas” sobre o uso dos produtos desenvolvidos e sobre o próprio CIBEC.
- Treinamento de técnicos dos Estados e municípios.

3.5.1.1.12 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Objetivos:

- Levantamento, controle e renovação das assinaturas dos periódicos já pertencentes ao acervo e realização de novas assinaturas.
- Aquisição de lançamentos editoriais.
- Avaliação geral do acervo no que concerne aos títulos disponíveis, tendo-se como objetivo secundário a verificação das obras, temas e áreas de interesse mais procurados pelo usuário.
- Consolidação dos procedimentos de permuta, a partir dos critérios definidos para a composição do acervo.
- Organização de um cadastro de permutas.
- Renovação da assinatura do *Current Contents*.
- Aquisição de novas bases de dados na área educacional, especialmente aquelas relativas à produção internacional.

3.5.1.1.13 ACERVO HISTÓRICO E ADMINISTRATIVO

Objetivos:

- Higienização, análise, organização e informatização dos documentos que compõem o arquivo.

3.5.1.1.14 ACERVO AUDIOVISUAL

Objetivos:

- Análise do acervo e sua catalogação.
- Busca de parcerias para a elaboração de um banco de imagens.
- Tratamento do material audiovisual e sua posterior conversão para mídias de fácil acesso pelos usuários do CIBEC.

3.5.1.2 AÇÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS

Nesta seção, serão apresentadas as atividades efetivamente realizadas pela Coordenação no ano de 2000. Para uma análise mais consistente, todas as ações executadas serão acompanhadas de dados estatísticos, quando pertinentes.

3.5.1.2.1 BIBLIOTECA VIRTUAL EM EDUCAÇÃO (BVE)

- Manutenção e atualização do banco de dados da BVE – atividade de caráter contínuo.

- 1.471 *sites* existentes na BVE.
- 288 *sites* indexados, de novembro de 1999 a outubro de 2000.
- 732 *sites* internacionais e 739 *sites* nacionais.
- 80 *sites* desativados, devido ao processo de atualização.
- 442 registros no Livro de Visitas e 228.764 acessos, de novembro de 1999 a outubro de 2000.
- Implementação dos procedimentos para a tradução da BVE para o inglês e contratação do profissional especializado que realizará a tradução.
- Elaboração de 8 (oito) bibliografias temáticas, a partir da base de dados da BVE.
- Aperfeiçoamento de 60% dos formulários de indexação da base de dados da BVE.

3.5.1.2.2 PERFIL MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PMEB)

- Manutenção e atualização do PMEB.
- Inserção de dados referentes aos Censos Escolares de 1997, 1998 e 1999, compreendendo um total de 346 variáveis disponíveis.
- Registro de 25.570 acessos ao PMEB, de 6.134 pesquisas realizadas e de 1.680 usuários cadastrados, no período compreendido entre novembro de 1999 e outubro de 2000.
- Implantação, em andamento, para testes do CIBEC, do novo aplicativo do PMEB para a Internet.
- Acordos de cooperação técnica firmados entre o INEP e outras instituições (não específicos para o PMEB).

3.5.1.2.3 PROGRAMA DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL INTEGRADA (PROLEI)

- Alimentação da base de dados com a utilização de fontes como o Diário Oficial da União, Documenta, Bancos de Dados da Casa Civil da PR e do Senado Federal.
- Catalogadas e indexadas 145 normas, entre novembro de 1999 e outubro de 2000.
- 362 normas catalogadas e indexadas no banco de dados do ProLEI.
- 50.402 acessos registrados entre novembro de 1999 e outubro 2000.
- Implementação dos módulos Cadastro e Catalogação via *Web* para testes no CIBEC.
- Compatibilização do ProLEI com o sistema Thesaurus BRASED.
- Conclusão do projeto de licitação para constituição da base de dados do ProLEI Histórico.
- Articulação com o CONSED para implementação do ProLEI Estadual – em fase final de implantação dos recursos tecnológicos e da análise jurídica dos termos de cooperação técnica e adesão.

3.5.1.2.4 BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (BBE)

As versões para a Internet e para o CD-ROM estão em fase final de testes, mas a base encontra-se com problemas de padronização e consistência de dados e, por isto, em processo de correção.

3.5.1.2.5 THESAURUS BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO (BRASED)

- Atualização dos termos do Thesaurus BRASED.
- Conclusão das tarefas de compatibilização do sistema Thesaurus BRASED com o sistema SABI.
- Módulo de reuniões virtuais em fase de teste.
- Versão do Thesaurus BRASED para Internet em fase final de verificação dos aspectos ergonômicos.

3.5.1.2.6 SUMÁRIOS CORRENTES

Não implantado, em vista das novas possibilidades tecnológicas identificadas que dependem da disponibilização da BBE.

3.5.1.2.7 OBRAS RARAS

- Conclusão dos trabalhos de restauração das obras raras e especiais do INEP, sendo entregues, no período, 559 volumes.
- 3 (três) exposições de obras raras realizadas, sendo a última acompanhada de palestra sobre a vida e obra de Anísio Teixeira.

3.5.1.2.8 INTERNET

- Redefinição da nova estrutura e *layout* da página foi iniciada e posteriormente interrompida, em virtude do novo arranjo institucional do INEP.
- 3.172 páginas disponibilizadas.
- 1.375.113 acessos ao *site* do INEP, de novembro de 1999 a outubro de 2000.
- Estruturação das páginas *Wap* no *site* do INEP.
- Desenvolvimento e disponibilização, via Internet e Intranet, do Sistema de Controle de Solicitação, Distribuição e Cadastro (SICAI).

3.5.1.2.9 DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO

- Bases do CIBEC tratadas e unificadas quanto ao sistema de indexação e catalogação.
- Aplicativo para este tipo de disseminação, via Internet e *Wap*, em desenvolvimento.
- Projeto de estruturação de uma sala de teleconferências abandonado em função da ausência de espaço físico.

3.5.1.2.10 DIVULGAÇÃO E EVENTOS

- Implantação de estratégias de divulgação, no *site* do INEP, dos produtos do CIBEC.
- Confecção de *folders*.

- Programa Conheça a Educação, que tem como objetivo incentivar o intercâmbio e a disseminação de informações, projetos, programas e ações de instituições envolvidas com o processo educacional, nos seus mais variados aspectos. Foram realizados 8 (oito) eventos:

1. Palestra: O Censo Escolar

Palestrante: Ednar Maria Vieira Diniz, Coordenadora-Geral de Estatísticas da Educação Básica (SEEC/INEP), em comemoração ao Dia Nacional do Censo, realizada em 11/4/2000.

2. Palestra: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Palestrante: Maria Inês Fini, Coordenadora-Geral do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/INEP), em comemoração ao Dia do Vestibulando, realizada em 24/5/2000.

3. Palestra: O papel do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) no cenário educacional do País.

Palestrante: Éfrem de Aguiar Maranhão, Presidente do CONSED, em comemoração ao Dia da Unidade Nacional, realizada em 29/6/2000.

4. Palestra: Educação e Meio Ambiente

Palestrante: Lucila Pinsard Vianna, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC), em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente, realizada em 31/7/2000.

5. Palestra: Escola Brasil: o rádio e a educação

Palestrantes: Airton Medeiros, Coordenador do Programa Escola Brasil, e Denise Oliveira, Assessora de Comunicação, em comemoração ao Dia do Rádio, realizada em 26/9/2000.

6. Palestra: Educação Especial

Palestrante: Marlene de Oliveira Gotti, Coordenadora Técnica de Educação Especial (SEESP/MEC), em comemoração ao Dia do Deficiente Físico, realizada em 20/11/2000.

7. Palestra: Anísio Teixeira

Palestrante: Clarice Nunes, Professora de Mestrado da Universidade Estácio de Sá, palestra de encerramento da exposição de Obras Raras do INEP sobre o educador Anísio Teixeira, realizada em 07/12/2000.

8. Palestra: Novas Possibilidades para a Educação a Distância

Palestrante: Walter Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), com o lançamento do Catálogo de Entidades de Educação a Distância, realizada em 15/12/2000.

3.5.1.2.11 TREINAMENTO

- 1.207 usuários atendidos por facilitadores do CIBEC.
- 2 (dois) treinamentos realizados.

3.5.1.2.12 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

- Levantamento, controle e renovação das assinaturas de 20 periódicos internacionais.
- Levantamento dos títulos de periódicos do Acervo a serem descartados.
- Aquisição, através de permuta ou doações, de aproximadamente 670 títulos de periódicos nacionais.
- Aquisição, através de compra, de 103 títulos de livros.
- Renovação da assinatura do *Current Contents*, que compreende uma base de dados bibliográficos que indexa aproximadamente 1.580 periódicos internacionais.
- 3.662 livros e 1.296 periódicos consultados no período de outubro de 1999 a novembro de 2000.
- Renovação da assinatura do Catálogo Brasileiro de Publicações (CBP).
- Renovação da assinatura do Diário Oficial da União (DOU) em CD-ROM.
- Hifenização do acervo impresso do CIBEC.

3.5.1.2.13 ACERVO HISTÓRICO E ADMINISTRATIVO

O projeto básico para a licitação dos serviços de organização e informatização do acervo está pronto, aguardando definição do PNUD para execução.

3.5.1.2.14 ACERVO AUDIOVISUAL

Não foi possível identificar parcerias para a primeira fase do trabalho: levantamento do acervo existente.

3.5.1.2.15 DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A distribuição de publicações passou a ser executada pela Coordenação-Geral de Tratamento da Informação e Documentação a partir do mês de abril do corrente ano, mesmo não estando prevista no planejamento de 2000. No âmbito desta atividade, foram atendidas 300 solicitações e distribuídas 660 publicações. Para efetuar esta atividade de maneira mais eficiente, a equipe de informática do CIBEC elaborou um programa informatizado de cadastro de usuários e controle de distribuição, disponível via Internet (SICAI).

3.5.1.3 JUSTIFICATIVAS PARA A NÃO-REALIZAÇÃO DE AÇÕES PLANEJADAS

As justificativas para a não-realização de algumas atividades encontram-se na falta de articulação e integração entre as equipes, em virtude das diferentes perspectivas sobre a missão institucional, a política e as rotinas do CIBEC. Diante disso,

observou-se que o choque entre a cultura burocrática, centrada na valorização dos procedimentos, e a gerencial, que enfoca a relação direta da instituição com o usuário, não permitiu a efetiva concretização das ações planejadas, devido à ausência de entendimento sobre metodologias, conteúdos e processos. Este embate, em alguns casos, postergou a implementação de produtos, serviços e ações para o próximo ano.

Além disso, o estabelecimento de objetivos sem o detalhamento prévio de metas específicas teve como conseqüências a subestimação das tarefas a serem realizadas, no que se refere aos critérios técnicos e aos prazos. Identificou-se, ainda, a necessidade de revisão de procedimentos e aplicativos, com vista a conferir maior eficiência às informações disponibilizadas e maior grau de satisfação das demandas dos usuários. Essas ações acabaram provocando atrasos na disponibilização de novos produtos.

3.5.1.3.1 PROBLEMAS DE ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO

a) Dificuldade de identificação de parcerias com instituições públicas e privadas para a implementação de projetos, como nos casos do ProLEI Histórico, Audiovisual, Acervo/histórico/administrativo (não foram identificadas empresas para a realização dos trabalhos de busca, seleção e indexação das normas educacionais históricas) e do PMEB (não foram realizados os procedimentos para a consolidação das parcerias já firmadas).

b) Problemas com aplicativos das bases de dados, como no caso do ProLEI, onde o sistema de cadastro, catalogação e indexação apresentou falhas significativas, dependendo da ação de terceiros para sua resolução, e no da BVE, que apresentou falhas nos procedimentos de indexação, o que demandou a busca de alternativas pela equipe de informática do CIBEC.

c) Atraso na disponibilização de produtos na Internet devido à falta de definição técnica consensual sobre a forma e a metodologia mais eficazes de disseminação (Thesaurus BRASED via Internet, BBE e Sumários Correntes).

d) Atraso na elaboração e disponibilização do catálogo de obras raras devido a não-identificação de profissional qualificado para a realização da análise histórica das obras raras.

e) Atraso na disponibilização do Sistema de Disseminação Seletiva da Informação devido ao fato de que os procedimentos de compatibilização de todas as bases de dados apresentaram maior grau de complexidade do que o esperado.

f) Não-realização de treinamento devido à falta de interesse das instituições contatadas.

3.5.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS (CGDIE)

3.5.2.1 PUBLICAÇÕES DA LINHA EDITORIAL

A linha editorial do INEP é constituída, atualmente, por três tipos de publicações: *institucionais*, *periódicos* e *títulos avulsos*.

As *publicações institucionais* compreendem os produtos que disseminam as principais ações do INEP – avaliação e estatísticas educacionais –, e que são produzidas pelas instâncias de avaliação (SAEB, ENEM e Provão) e de estatísticas (Censos Escolares, Censo do Professor, Geografia da Educação Brasileira,

etc.) da instituição. Essas publicações são de diversas modalidades, tais como: censos, sinopses, relatórios-síntese, documentos básicos, resultados, provas, questionários, análises, diagnósticos.

Os *periódicos* compreendem as revistas *Em Aberto* e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* e a *Série Documental* (composta, por sua vez, por cinco subséries: Estudos de Políticas Governamentais, Eventos, Relatos de Pesquisa, Textos para Discussão e Traduções), que publicam artigos resultantes de estudos, pesquisas, debates e experiências, relacionados com a área de educação e afins.

Os *títulos avulsos* compreendem, geralmente, volumes produzidos por autores ou instituições, em regime de parceria/colaboração com o INEP, e, ainda, textos institucionais da presidência e das diretorias do INEP.

A linha editorial publica, também, os produtos resultantes das ações do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED), tais como: *Estados do Conhecimento* sobre temas educacionais e *Anais* dos eventos promovidos pelo Comitê.

Esses diferentes tipos de publicação envolvem diferentes procedimentos de organização, tratamento, demanda e disseminação. Tendo em vista que os produtos institucionais constituem documentos que subsidiam ações de políticas públicas na área de educação, suas demandas caracterizam-se como urgentes, pedindo, conseqüentemente, uma disseminação mais rápida, o que leva a dar-lhes precedência numa escala de prioridades das publicações.

3.5.2.1.1 PRODUÇÃO EDITORIAL DURANTE O ANO DE 2000

Os produtos editoriais encontram-se detalhados segundo as suas características e situação no fluxo da produção editorial. Não estão relacionadas as demandas da presidência e das diretorias do INEP, que, embora não publicadas, requerem trabalhos de revisão e/ou diagramação.

a) Periódicos

– Em Aberto

Temas	Situação Atual
1. Programas de Correção de Fluxo Escolar	Publicado em fevereiro/2000 – nº 71
2. Gestão Escolar e Formação de Gestores	Publicado em julho/2000 – nº 72
3. A Formação de Professores Indígenas no Brasil	Em elaboração
4. Educação Infantil: A Creche na Educação Escolar	Em revisão
5. Formação de Professores	Pauta enviada pelo organizador em análise pela DDIE
6. Gasto Público e Financiamento de Gestores	Em fase final de elaboração
7. Bibliotecas Escolares	Pauta em elaboração
8. Renda Mínima/Bolsa Escola	Pauta em elaboração
9. Plano Nacional de Educação	Pauta em elaboração
10. Mídia, Ética e Educação	Aguardando resposta ao convite enviado
11. Reforma do Ensino Médio	Aguardando resposta ao convite enviado

– Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)

Textos Recebidos	Textos em Avaliação	Textos Publicados	Número de Artigos por Revista	Mês de Publicação
86	48	38	RBEP 193 (12) RBEP 194 (14) RBEP 195 (12) RBEP 196 (....)	Abril Dezembro Fase: norm. bibl. Fase: elaboração

– Série Documental/Textos para Discussão

Título	Situação Atual
1. Nº 7 – Os Community Colleges: uma solução para o Brasil	Publicado
2. Nº 8 – Educação Superior: conceitos, definições e classificações	Publicado
3. Nº 9 – Tomando o pulso: o que buscar no credenciamento institucional das universidades brasileiras?	Diagramado, aguardando o texto da Apresentação

b) Títulos Avulsos

Textos Recebidos	Situação Atual
1. Memórias de Paschoal Lemme, v. 5 (330 p.)	Publicado (novembro)
Coleção Lourenço Filho/Séries	
2. Por Lourenço Filho: uma biobibliografia/ Sobre Lourenço Filho	Diagramação
3. A pedagogia de Rui Barbosa/Reedições	Arte-finalização
4. Formação de professores: da Escola Normal à Escola de Formação/ Coletâneas	Inserção das correções
5. Professor do ensino superior: identidade, docência e formação (80 p.)	Publicado (abril)
6. FNDE – Legislação Básica (56 p.)	Publicado (junho)
7. Educação para todos: avaliação da década (209 p.)	Publicado
8. Redes acadêmicas e produção de conhecimento em educação superior	Prep. originais

c) Publicações Institucionais

Textos Recebidos	Situação Atual
56	Publicados

d) Publicações do COMPED

Textos Recebidos	Situação Atual
Estados do Conhecimento	
1. Alfabetização (173 p.)	Publicado (Maio)
2. Formação de Professores	Prep. originais
3. Avaliação na Educação Básica	Prep. originais
4. Educação Superior	Normal. bibliogr.
5. Educação Infantil	Normal. bibliogr.
6. Política e gestão da educação	Prep. originais
Anais	
1. Anais do I Seminário Nacional “Disseminação de Informações Educacionais no Brasil” – 1999	Publicado (Maio)
2. Anais do Seminário “Disseminação de Informações Educacionais no Brasil” – Regiões Norte e Centro-Oeste	Publicado (Junho)
3. Anais do Seminário “Disseminação de Informações Educacionais no Brasil” – Região Nordeste	Publicado (Julho)

3.5.2.1.2 MATERIAL PUBLICADO EM 2000

(continua)

Título	Nº páginas	Tiragem
1. RBEP v. 79, n. 193, set./dez. 1998	232	1.000
2. Em Aberto n. 71 – Programa de correção de fluxo escolar	172	3.600
3. Em Aberto n. 72 – Gestão escolar e formação de gestores	195	5.000
4. ENEM – relatório final 1999	210	3.100
5. ENEM Documento Básico 2000	11	2.700
6. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Administração (*)	93	800
7. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Odontologia (*)	89	220
8. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Economia (*)	100	250
9. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Letras (*)	99	400
10. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Medicina (*)	107	220
11. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Direito (*)	92	900
12. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Jornalismo (*)	79	400
13. ENC 1999 – anexo do relatório-síntese, Medicina Veterinária (*)	92	250
14. Manual do Provão 2001	51	8.800
15. Resultados e tendências da educação superior no Brasil	67	505

(*) Sem revisão do INEP

Título	Nº. páginas	(conclusão)
		Tiragem
16. Resultados e tendências da educação superior: Região NE	125	200
17. Resultados e tendências da educação superior: Região N	101	200
18. Resultados e tendências da educação superior: Região S	53	200
19. Resultados e tendências da educação superior: Região SE	65	300
20. Resultados e tendências da educação superior: Região CO	65	200
21. Resultados do Censo Escolar 2000	113	200
22. Manual de Usuário – Censo Escolar 2000	36	250
23. Manual Técnico – Censo Escolar 2000	103	250
24. Treinamento – Censo Escolar 2000	40	250
25. A matrícula no ensino fundamental em perspectiva	87	210
26. Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 99	203	2.236
27. Evolução do ensino superior – graduação 1980-1998	71	2.200
28. Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos	59	1.900
29. Educação superior: conceitos, definições e classificações	54	1.000
30. Os Community Colleges: uma solução para o Brasil	19	1.000
31. Alfabetização	173	1.000
32. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro	61	1.000
33. Professor do ensino superior: identidade, docência e formação	80	2.650
34. EFA 2000, educação para todos: avaliação do ano 2000	135	1.120
35. EFA 2000 – education for all	130	740
36. Anais do I Seminário Nacional do COMPED – 1999	72	800
37. Anais COMPED: Região Norte e Centro-Oeste	54	200
38. Anais COMPED: Região Nordeste	48	200
39. Guia do Colaborador	18	1.250
40. Exposição de Obras Raras Anísio Teixeira	20	1.000
41. Manual do Aplicador – PISA		180
42. Manual do Coletor – PISA	29	120
43. Catálogo de Publicações	26	4.200
44. Catálogo telefônico	16	125
45. Relatório parcial do ENEM		20
46. Relatório da DAES/INEP (sem revisão do CGDIE)	12	10.000
47. Seminário Para Melhorar, não Basta Avaliar (8 cursos)	4 (cada curso)	4.290
48. Censo da educação profissional – resultados 99	96	200
49. Relatório executivo do ENEM	20	42
50. Bases para um ensino de qualidade (folder INEP)	15	570
51. Relatório de atividades do INEP	68	250
52. Relatório parcial CGAF/INEP (sem revisão do CGDIE)	40	200

Reimpressão de publicações

Título	Tiragem
1. Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro – Tendências e Perspectivas	500
2. Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo	200
3. Educação para o Século XXI Série documental:	350
4. Texto para Discussão nº 1	100
5. Texto para Discussão nº 2	150
6. Texto para Discussão nº 3	150
7. Texto para Discussão nº 4	150
8. Texto para Discussão nº 5	100
9. Texto para Discussão nº 6	100
10. Relatos de Pesquisa nº 29	50
11. Relatos de Pesquisa nº 31	50
12. Relatos de Pesquisa nº 33	50
13. Eventos nº 9	100
14. Eventos nº 9A	100
15. Traduções nº 3	50
16. Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo Escolar 98	50
17. Sinopse Estatística do Ensino Superior 98	200
18. Informe Estatístico da Educação Básica	250
19. RBEP n. 191	500
20. RBEP n. 192	550
21. Censo do Professor 1997	100
22. Caracterização das Escolas	200
23. Relatório Meirieu	100
24. Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional	100
25. Programa Nacional de Educação (PNE)	100

Reprodução de material externo (apoio institucional)

Título	Instituição	Serviço Executado	Tiragem
1. A reutilização do livro didático nas escolas – 24 p.	FNDE	Revisão, diagramação e impressão	100
2. Livreto Correio nºs 1 e 2	FNDE	Impressão	1.000
3. Legislação Básica – 56 p.	FNDE	Revisão, diagramação e impressão	900
4. Programa de apoio à educação de jovens e adultos no ensino fundamental - 24 p.	SEF	Diagramação e impressão	500
5. Balanço do FUNDEF 1998-2000	FUNDEF	Impressão	150
6. Avaliação do programa de complementação do Fundef (relatório técnico) - 122 p.	FUNDEF	Revisão, diagramação e impressão	50

Material reproduzido em gráfica externa

Título	Serviço Executado	Tiragem
1. Memórias Paschoal Lemme, v.5	Revisão	2.000
2. Geografia da educação brasileira	Revisão	2.000
3. Educação para todos: avaliação da década	Revisão	2.000
4. Cadastro de estabelecimentos de educação infantil	Revisão e diagramação	180.000
5. Informativo do Provão 2000	Revisão	38.250
6. Questionário do Censo Escolar 2000	Diagramação	250.000
7. Relatório-síntese do Provão 2000	Revisão e Diagramação	7.000
8. Livreto OECD/PISA	Revisão e diagramação	1.000
9. Folder OECD/PISA	Revisão e diagramação	8.000
10. Cartaz PISA	Revisão e diagramação	100.000
11. Números da educação no Brasil (kit contendo 33 folders)	Revisão e diagramação	3.000

Programa Conheça a Educação

Título	Instituição	Serviço Executado	Tiragem
1. Catálogo de entidades Educação a Distância – 54 p.	ABT	Revisão, diagramação e impressão	600

3.5.2.1.3 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

As atividades de divulgação institucional compreendem a disseminação do produto e a organização e participação em eventos. Se as atividades de produção editorial se encerram com o livro impresso, uma nova etapa se inicia, no processo editorial, com as atividades de disseminação.

A disseminação do produto envolve os procedimentos necessários à circulação e à distribuição das publicações editadas, e compõe-se das seguintes etapas: consulta ao cadastro de usuários, empacotamento e despacho via correio.

Nesta atividade, é de fundamental importância a atualização constante do cadastro de usuários (especialistas e instituições).

Complementar à disseminação das publicações, a organização de eventos (encontros, congressos, seminários, etc.) consiste nos trabalhos de planejamento, organização, coordenação, execução e, após o término do evento, avaliação.

Essa atividade é inerente às ações do INEP, considerando-se que a promoção e/ou participação nos eventos, mediante a divulgação de suas ações e produtos, dá visibilidade à instituição, consolidando sua imagem e constituindo uma de suas estratégias de *marketing*.

3.5.2.1.3.1 GERENCIAMENTO DO CADASTRO INSTITUCIONAL

O Cadastro institucional é composto por aproximadamente 690 mil usuários, distribuídos em 49 grupos. Estão sob a responsabilidade da Coordenadoria de Divulgação Institucional: a alimentação mensal de parte do sistema (composta por cerca de mil usuários, distribuídos em 35 grupos); o cadastramento de novas instituições, conforme a demanda; e o envio de publicações para todos os cadastrados, conforme o tema da publicação e sua tiragem.

O cadastro foi totalmente reformulado, uma vez que o sistema utilizado anteriormente não mais atendia à demanda quanto à impressão de etiquetas, relatórios e ao próprio manuseio. É importante ressaltar que, a partir da utilização do novo sistema, compete ao CIBEC o atendimento presencial ao usuário e a esta Coordenadoria e a expedição do material solicitado por correspondência ao CIBEC.

3.5.2.1.3.2 DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Em atendimento ao cadastro institucional:

Título da Publicação	Quantidade
1. Texto para Discussão nº 5 “Retrato de Professores/ As Crianças Cariocas: relação feita a partir do relatório do SAEB/96	735
2. EFA 2000 – Educação para todos: Avaliação do ano 2000	353
3. Livros do COMPED – <i>Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores</i> (22 livros, sendo a tiragem de 1.000 para cada)	19.653
4. Em Aberto n. 71	2.556
5. Dicionário de Educadores no Brasil	921
6. Informe do Provão	32.000
7. Diagnóstico da Situação Educacional de Jovens e Adultos	544
8. Texto para Discussão n. 7 “Os Community Colleges: uma solução viável para o Brasil”	755
9. RBEP n. 193	2.155
10. Professor do Ensino Superior: identidade, docência e formação	1.051
11. Texto para discussão n. 8 “Ensino Superior: conceitos, definições e classificações”	631
12. Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo Escolar 99	1.838
13. Alfabetização – Série Estado do Conhecimento	696
14. EFA – Anais do I Seminário Nacional de Educação para Todos	1.619
15. Paschoal Lemme – Memórias, v.5	1.526
16. Equidade e Heterogeneidade do Ensino Superior	813
Total Anual	67.846

Em atendimento à demanda dos eventos:

Evento (Seminários, Reuniões, Congressos)	Mês	Quantidade
1. EFA-9	Janeiro	14
2. Cúpula das Américas	Abril	100
3. <i>Workshop</i> /Rede de Formadores	Abril	276
4. COMPED	Maio	96
5. COMPED	Junho	169
6. Seminário Novos Caminhos de Acesso ao Ensino Superior	Junho	148
7. COMPED	Agosto	78
8. SBPC	Agosto	716
9. ANPEd	Setembro	164
10. COMPED	Outubro	57
11. PUC/São Paulo	Novembro	131
Total Anual		1.949

Em atendimento às solicitações:

Presencial no CIBEC	9.213
Por correspondência	1.004
Total	10.217

3.5.2.1.3.3 APOIO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

(continua)

Nome do Evento	Mês	Tipo de Participação	Material	Local
1. EFA 9	Janeiro	Parceria MEC, Apoio operacional, Estande publicações	Kit padrão*	Recife/PE
2. Palestra Programa Conheça a Educação	Março	Execução Apoio operacional	prismas 40 cartazes 800 convites	Brasília/DF
3. Cúpula das Américas	Abril	Execução Apoio operacional Estande publicações	60 pastas 60 crachás 60 blocos 20 prismas 60 etiquetas 60 fichas de cadastro	Brasília/DF
4. <i>Workshop</i> Rede de Formadores	Abril	Parceria SEF/MEC Estande de publicações	60 pastas 60 crachás 60 blocos 60 fichas de cadastro 15 prismas 60 etiquetas	Brasília/DF

* Kit padrão: composto pelas publicações institucionais (para exposição e posterior envio) e *folders* de divulgação para distribuição local.

(continuação)

Nome do Evento	Mês	Tipo de Participação	Material	Local
5. Seminário COMPED	Maio	Execução Apoio operacional Estande publicações	Kit padrão*	Brasília/DF
6. Palestra Programa Conheça a Educação	Maio	Execução Apoio operacional	prismas 40 cartazes 800 convites	Brasília/DF
7. Novos Caminhos de Acesso ao Ensino Superior	Junho	Execução Apoio operacional Estande publicações	50 pastas etiquetas crachás blocos fichas de cadastro	Brasília/DF
8. Seminário COMPED	Junho	Estande publicações	Kit padrão* 150 pastas etiquetas crachás blocos fichas de cadastro	Recife/PE
9. Palestra Programa Conheça a Educação	Junho	Execução Apoio operacional	3 prismas 40 cartazes 900 convites	Brasília/DF
10. SBPC	Julho	Estande publicações	Kit padrão*	Brasília/DF
11. Palestra Programa Conheça a Educação	Julho	Execução Apoio operacional	3 prismas 40 cartazes 900 convites	Brasília/DF
12. Seminário Avaliação do Ensino Superior	Agosto	Execução	60 pastas 60 etiquetas 60 blocos 10 prismas 60 fichas de cadastro 60 crachás	Brasília/DF
13. Seminário COMPED	Agosto	Apoio operacional Estande publicações	Kit padrão* 150 pastas etiquetas crachás blocos fichas de cadastro	Curitiba/PR

* Kit padrão: composto pelas publicações institucionais (para exposição e posterior envio) e *folders* de divulgação para distribuição local.

				(conclusão)
Nome do Evento	Mês	Tipo de Participação	Material	Local
14. ANPEd	Setembro	Estande publicações	Kit padrão*	Caxambu/ MG
15. Palestra Programa Conheça a Educação	Setembro	Execução Apoio operacional	prismas 60 cartazes 700 convites	Brasília/DF
16. Seminário COMPED	Outubro	Apoio operacional Estande publicações	Kit padrão* 130 pastas etiquetas crachás blocos fichas de cadastro	Rio de Janeiro/RJ
17. Seminário PUC	Novembro	Estande publicações	Kit padrão*	São Paulo/ SP
18. Treinamento Censos Temáticos	Novembro	Apoio operacional	60 pastas 60 etiquetas 60 crachás 60 manuais 60 blocos	Brasília/DF
19. Reunião técnica Comissão do ENC/PROVÃO	Novembro	Execução		Brasília/DF
20. Palestra Programa Conheça a Educação	Novembro	Execução Apoio operacional	3 prismas 40 cartazes 700 convites	Brasília/DF
21. Palestra Programa Conheça a Educação	Dezembro	Execução Apoio operacional	3 prismas 40 cartazes 600 convites	Brasília/DF
Total eventos/ano				21

* Kit padrão: composto pelas publicações institucionais (para exposição e posterior envio) e folders de divulgação para distribuição local.

3.5.2.3 CAPACITAÇÃO INTERNA

Participação Técnica em Eventos

Evento	Mês	Local	Nº de Técnicos
1. Reunião Ministerial Programa Educação para Todos – EFA 9	Janeiro	Recife/PE	1
2. World Education Market	Maio	Vancouver/ Canadá	2
3. Seminário Regional do COMPED	Maio	Brasília/DF	1
4. Singngraphix Publish 2000	Junho	São Paulo/ SP	1
5. Seminário Regional do COMPED	Junho	Recife/PE	1
6. SBPC	Julho	Brasília/DF	2
7. Seminário Regional do COMPED	Agosto	Curitiba/PR	1
8. Seminário: Política de Educação Científica em Educação no Brasil Hoje	Agosto	São Paulo/ SP	1
9. X Conferência Internacional de Editores Científicos	Agosto	Rio de Janeiro/RJ	1
10. 23ª Reunião Anual da ANPED	Setembro	Caxambu/ MG	1
11. Seminário Nacional do COMPED	Outubro	Rio de Janeiro/RJ	2
12. VIII Salão Profissional de Serviços Sistemas e Equipamentos de Treinamento Vocacional e Educacional	Novembro	Paris/França	1
13. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação	Novembro	Brasília/DF	1
14. VII Congresso Iberoamericano de Periodismo Científico	Novembro	Buenos Aires/ Argentina	2

Treinamento de Pessoal

Curso	Mês	Participantes
1. Organização de Eventos	Maio	4
2. Eventos, Protocolo e Cerimonial	Maio	2
3. Protocolo e Etiqueta – Relacionamento entre os povos	Julho	3
4. <i>Word</i> Avançado	Setembro	2
5. <i>Access</i> Avançado	Setembro	1
6. <i>Outlook 97</i>	Outubro	2
7. Etiqueta: Requisito para o sucesso	Novembro	3

3.5.2.4 PROJETOS DE ARQUITETURA E MOBILIÁRIO

A Coordenação-Geral de Difusão de Informações Educacionais é também responsável pela definição do *lay-out* do INEP, tanto no que diz respeito às instalações físicas quanto à definição e distribuição de mobiliário e sinalização.

3.5.2.4.1 ATIVIDADES REALIZADAS

- Levantamento da demanda por mobiliário.
- Elaboração de *lay-out* e distribuição, por sala, do mobiliário necessário.
- Elaboração do projeto básico para aquisição de mobiliário.
- Acompanhamento técnico para o recebimento da compra e montagem de novos móveis.
- Levantamento das demandas de adaptação/reforma dos espaços físicos.
- Elaboração de *lay-out* das adaptações nos Anexos I e II e de reforma, incluindo rede elétrica, lógica e de telefonia; renovação e instalação de divisórias, pisos, esquadrias e persianas.
- Elaboração do *lay-out* das adaptações de rede elétrica (luminárias) do CIBEC.
- Elaboração do projeto básico para a contratação dos serviços das reformas dos Anexos I e II e de rede elétrica do CIBEC, com acompanhamento técnico.
- Elaboração do projeto de arquitetura, estrutura de instalações da reforma do Arquivo Histórico e Administrativo, localizado na Garagem do MEC.
- Elaboração do projeto básico para a contratação do serviço de reforma do Arquivo Histórico.
- Acompanhamento técnico do serviço de reforma e manutenção dos Anexos I e II e do CIBEC.

3.5.2.5 DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Um ponto a ser considerado, quando da avaliação das atividades de produção editorial da CGDIE, é o condicionamento do processo de edição às seguintes variáveis: demandas urgentes com prazos reduzidos, volume considerável de publicações não planejadas e não-cumprimento dos prazos por parte dos colaboradores (articulistas e pareceristas) e por parte de algumas coordenações e diretorias do INEP, nem sempre fáceis de serem compatibilizadas. Isto talvez explique/justifique certo descompasso entre as metas pretendidas e os resultados alcançados.

Nesse sentido, é necessária uma articulação maior entre as diretorias/coordenações demandantes e a CGDIE, com vista ao planejamento das publicações institucionais, para o cumprimento dos cronogramas.

Ressente-se também a CGDIE de um sistema informatizado a ser disponibilizado na Intranet, com o objetivo de registrar a entrada e tramitação dos trabalhos na coordenação e de permitir a todos o acompanhamento das etapas para sua viabilização.

3.5.3 COMITÊ DOS PRODUTORES DA INFORMAÇÃO EDUCACIONAL (COMPED)

3.5.3.1 AÇÕES PLANEJADAS

Objetivos:

O Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED) tem como objetivo consolidar um sistema integrado e articulado de disseminação de informações educacionais. Para o ano de 2000, foram previstas as seguintes ações:

- Definição das diretrizes metodológicas para a realização de novos Estados da Arte.
- Realização de editais de pesquisa para o mapeamento de lacunas informacionais.
- Desenvolvimento de novos Estados da Arte.
- Mapeamento e análise da situação editorial dos periódicos nacionais na área educacional.
- Continuação do Programa de Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores.
- Implementação do Guia de Fontes de Informação em Educação.
- Realização do Encontro Nacional do COMPED.

3.5.3.2 AÇÕES REALIZADAS

- 5 (cinco) reuniões de Grupos de Trabalho.
- 5 (cinco) reuniões ordinárias.
- Concluídos 2 (dois) Estados da Arte: Educação de Jovens e Adultos e Juventude e Educação.
 - Os Estados da Arte encontram-se disponíveis na Internet.
 - Não foram realizados novos Estados da Arte em função da complexidade de definição de diretrizes metodológicas. Optou-se pelo lançamento, em 2001, de um programa de editais de pesquisa dirigida, atendendo às demandas da área.
 - Concluído o mapeamento e análise dos periódicos nacionais na área educacional (Publicado na RBEP n. 193, set./dez. 1998).
 - O "Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores" teve 3 (três) processos seletivos, contando com a participação de 18 editoras universitárias, sendo selecionadas 16 obras para publicação.
 - 3 (três) encontros regionais e 1 (um) nacional do COMPED que tiveram como objetivos gerais identificar estratégias para fortalecer e ampliar as articulações e a cooperação entre instituições governamentais e não-governamentais dedicadas à disseminação de informações educacionais, facilitando-lhes melhores padrões de gestão informacional e de emprego de novas tecnologias comunicacionais.
 - Um relatório produzido de avaliação dos seminários, de autoria de Bernardete Gatti.
 - Disponibilização e publicação, via imprensa e Internet, dos anais dos Seminários.
 - Guia de Fontes de Informação em Educação – em fase de alimentação.

4 ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAF) tem como atribuição coordenar, acompanhar e controlar as atividades referentes à execução e programação orçamentária e financeira, à administração de pessoal, à administração de contratos, convênios e licitações e serviços gerais.

A principal preocupação da CGAF, no exercício de suas atribuições, foi buscar sempre a observância aos princípios da legalidade, economicidade, racionalidade e razoabilidade, tendo como objetivo assegurar as condições necessárias para que as diferentes unidades do INEP possam realizar as atividades finalísticas do Órgão de forma eficiente e eficaz, sem descuidar do correto emprego do erário público, ressaltando, além dos princípios supracitados, o da moralidade.

Visando ao melhor controle e direcionamento das ações no âmbito da CGAF, foram aprimorados os mecanismos de acompanhamento dos dados relativos à execução físico-financeira, bem como a adequação dos sistemas informatizados da administração do INEP.

O acompanhamento *pari passu* da execução orçamentária da Autarquia, o intercâmbio com as diversas Unidades do Órgão e o processo de capacitação permanente do corpo técnico da CGAF contribuíram de forma eficaz para o alcance, com êxito, das atribuições previstas no Plano de Trabalho do INEP para o ano de 2000.

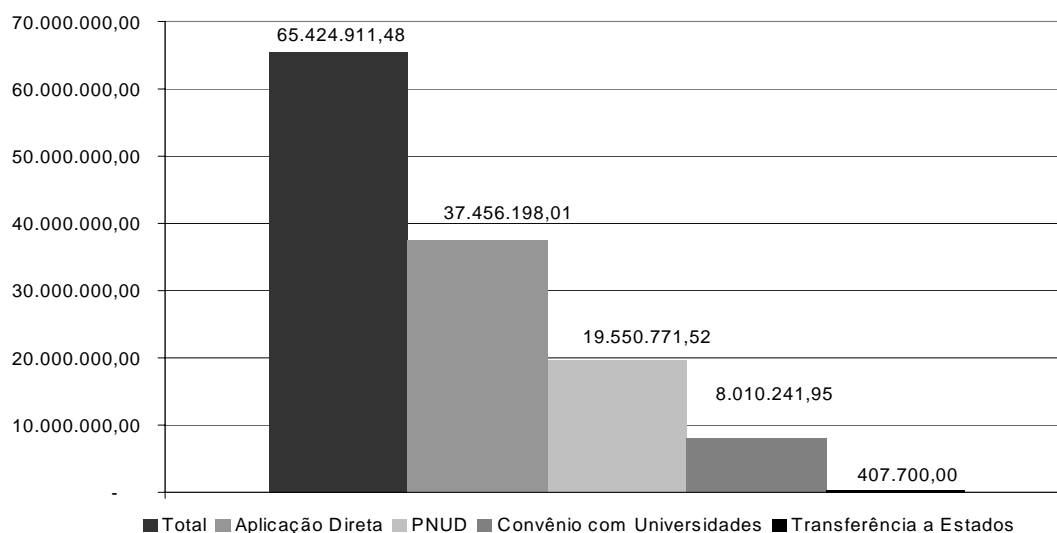
4.1 – EXECUÇÃO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A dotação orçamentária do INEP, no exercício de 2000, foi da ordem de R\$ 74.684.352,20 (setenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil,

trezentos e cinqüenta e dois reais e vinte centavos), sendo R\$ 1.571.764,00 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais) como crédito suplementar, sendo cancelado o valor de R\$ 35.815,00 (trinta e cinco mil e, oitocentos e quinze reais) recebemos R\$ 25.813.079,20 (vinte e cinco milhões, oitocentos e treze e mil, setenta e nove reais e vinte centavos) como crédito do FNDE e R\$ 47.335.324,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais) como crédito originário do Tesouro.

Do total da dotação orçamentária, R\$ 19.550.771,52 (dezenove milhões, quinhentos e cinqüenta mil, setecentos e setenta e um reais e cinqüenta e dois centavos) foram executados mediante transferência a organismos internacionais, R\$ 8.010.241,95 (oito milhões, dez mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), através de celebração de convênio de despesa com universidades federais, R\$ 37.456.198,01 (trinta e sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e seis mil, cento e noventa e oito reais e um centavo) na forma de aplicação direta e, R\$ 407.700,00 (quatrocentos e sete mil e setecentos reais) referentes a transferências a Estados.

Demonstrativo da Execução Orçamentária (TO e Convênios)



Obs.: A parte significativa da diferença apresentada no gráfico acima, para o total da dotação orçamentária autorizada para o INEP no exercício de 2000, refere-se ao déficit da arrecadação.

É importante destacar que, a arrecadação do INEP foi frustrada em relação à previsão de R\$ 17.034.000,00 (dezessete milhões e trinta e quatro mil reais), gerando um déficit de arrecadação de R\$ 8.445.279,09 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e nove centavos) e a necessidade de um crédito suplementar de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), através de autorização legislativa.

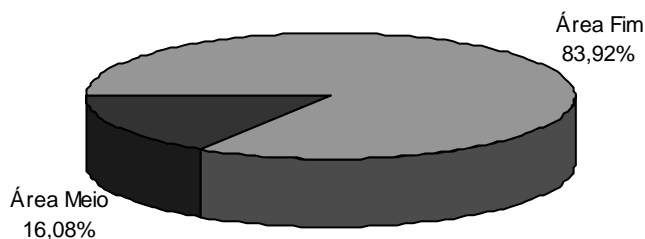
A execução (montante empenhado), no período em pauta, totalizou R\$ 65.424.911,48 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e onze reais e quarenta e oito centavos), resultando num percentual de 98,78%, sobre a receita total do Órgão, incluindo todas as fontes, na forma demonstrada abaixo.

Demonstrativo de execução da despesa por área

Descrição	TOTAL ACUMULADO			
	Crédito Autorizado	Total Empenhado	Valor Liquidadado (pago/ comprometido)	% Empenhado sobre Crédito Autorizado
Pessoal	3.651.263,00	3.651.262,26	3.651.262,26	99,99%
Manutenção	8.378.123,06	7.997.111,93	7.997.111,93	95,45%
Subtotal Área Meio	12.029.386,06	11.648.374,19	11.648.374,19	96,83%
Benefícios	534.238,00	514.969,65	514.969,65	96,39%
Plano de Saúde	299.296,00	299.296,00	299.296,00	100%
Área Fim	27.563.073,85	27.333.509,69	27.333.509,69	99,17%
Convênios	25.813.079,20	25.628.761,95	25.628.761,95	99,29%
Subtotal Área Fim	53.376.153,05	52.962.271,64	52.962.271,64	99,22%
Total	66.239.073,11	65.424.911,48	65.424.911,48	98,78%

(*) Não foi considerado o valor referente ao déficit de arrecadação.

Demonstrativo do crédito autorizado da área fim x área meio



4.2 - LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Visando atingir os objetivos deste Órgão, a CGAF em articulação com as Diretorias do INEP realizou as seguintes aquisições/contratações:

- Uma licitação na modalidade Concorrência técnica e Preço para o ENEM 2000;
- 13 (treze) licitações na modalidade Tomada de preços;
- Uma licitação na modalidade Tomada de preços – técnica e preço;

- Duas licitações na modalidade Convite;
- Uma licitação na modalidade Shopping;
- 120 (cento e vinte) dispensas de licitação: duas por valor para serviços de engenharia (Inciso I do Artigo 24); 113 (cento e treze) por valor para outros serviços técnicos (Inciso II do Artigo 24); e (05) cinco para serviços técnicos especializados (Incisos IV e XIII do Artigo 24);
- 22 (vinte e duas) dispensas de licitação por inexigibilidade ("Caput" do Art. 25);
- 50 (cinquenta) contratos para: obras 01 (um), compras 13 (treze) e serviços 36 (trinta e seis);
- 22 (vinte e dois) convênios: 02 (dois) de receita e 20 (vinte) de despesa;
- Dois contratos do MEC/INEP;
- 21 (vinte e um) termos aditivos de contratos e 6 (seis) termos aditivos de convênios;
- 6 (seis) aditamentos de documentos de projeto;
- 10 (dez) acordos de cooperação técnica;
- 10 (dez) termos de licenciamento.

4.3 – RECURSOS HUMANOS

A Coordenação de Recursos Humanos do INEP, no exercício de 2000, realizou as seguintes atividades:

- Execução da folha de pagamento através do SIAPE.
- Concessão de benefícios, seguindo as diretrizes emanadas do Órgão Superior de Pessoal.
- Concessão de progressão funcional a 51 (cinquenta e um) servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do INEP.
- Atualização de fichas cadastrais.
- Consulta à Casa Civil da Presidência da República, objetivando nomeação de Cargos Comissionados (DAS 3 a 6).
- Publicação mensal do BS – Boletim de Serviço do INEP.
- Elaboração de planilha de cálculo, instrução, parecer e pagamento de 15 (quinze) processos de exercícios anteriores referentes à incorporação de função/vantagem pessoal de servidores do Quadro de Pessoal Permanente do INEP.
- Atualização do passivo dos 28,86% (vinte e oito e oitenta e seis por cento) referente ao pagamento de anuênios a 35 (trinta e cinco) servidores e de vantagem pessoal a 10 (dez) servidores do Quadro de Pessoal Permanente do INEP.
- Elaboração de planilhas de cálculos em reais e UFIRs referentes ao pagamento de anuênios a 74 (setenta e quatro) servidores do Quadro de Pessoal Permanente do INEP, constantes da Portaria INEP nº 73, de 08.10.99, publicada no BS nº 10, de outubro/99, que tiveram alterado o percentual de anuênios (efeito financeiro a partir de setembro de 1994).
- Administração do contrato celebrado entre o INEP e a Assistência Médica Internacional Ltda (AMIL), referente à prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico, inclusive internações dos servidores do Quadro de Pessoal do INEP.

4.3.1 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Dos servidores do Quadro de Pessoal do INEP, durante o exercício de 2000, 14 (quatorze) participaram de eventos de capacitação no CETREMEC e 55 (cinquenta e cinco) servidores participaram de seminários, congressos, palestras e assemelhados no Brasil e no exterior, num total de 93 (noventa e três) eventos.

Demonstrativo da Despesa de Pessoal no Exercício de 2000

Mês	Quantidade				Renda Bruta	Desconto	Líquido
	Servidor		Beneficiário	Total			
	Ativo	Inativo					
Janeiro	129	8	9	146	254.902,79	64.177,27	190.725,52
Suplementar	2	0	0	2	174,79	8,70	166,09
Fevereiro	126	8	9	143	241.564,94	71.349,09	170.215,85
Suplementar	7	0	0	7	377,91	34,16	343,75
Março	126	8	9	143	239.768,93	63.540,34	176.228,59
Abril	126	8	11	145	241.992,47	63.587,95	178.404,52
Maio	125	8	11	144	246.898,56	76.491,53	170.407,03
Suplementar (28,86%)	71	3	4	78	61.586,82	7.808,22	53.778,60
Suplementar	1	0	0	1	1.001,24	303,80	697,44
Junho	128	8	11	147	307.531,01	74.847,45	232.683,56
Julho	128	8	11	147	242.994,74	65.949,32	177.045,42
Agosto	125	8	11	144	240.739,59	67.296,13	173.443,46
1ª Suplementar	2	0	0	2	2.719,53	558,02	2.161,51
2ª Suplementar	3	0	0	3	4.049,46	3.107,12	942,34
Setembro	122	8	10	140	234.027,04	64.394,75	169.632,29
Outubro	123	8	10	141	234.069,14	65.987,78	168.081,36
Novembro	122	8	10	140	468.004,95	216.305,25	251.699,70
Suplementar	1	0	0	1	5.448,36	501,63	4.946,73
Dezembro	123	8	10	141	330.771,29	71.127,24	259.644,05
Pagto. 28,86%	72	3	4	79	62.926,12	17.713,14	45.212,98
Total					3.421.549,68	995.088,89	2.426.460,79

Atualmente, esta Autarquia conta com 116 servidores em efetivo exercício: sendo 71 do quadro efetivo; 22 requisitados; 1 em exercício provisório; 9 ocupantes do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e 13 ocupantes de cargos comissionados sem vínculo.

**Demonstrativo da Movimentação de Servidores Efetivos do
Quadro de Pessoal do INEP**

Forma de movimentação	Período			
	1997	1998	1999	2000
Redistribuição para o Quadro de Pessoal do INEP	3	7	2	2
Redistribuição do Quadro de Pessoal do INEP	1	4	-	1
Admissão por Concurso Público (Advogado)	-	1	-	-
Exoneração	3	-	1	-
Exoneração: Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	-	-	3	-
Vacância (posse em outro cargo inacumulável)	2	-	-	-
Cessão	4	4	4	2
Aposentadoria	3	3	2	-
Licença para Tratar de Interesses Particulares	1	-	-	1
Licença para freqüentar curso de mestrado	1	1	-	-
Licença Incentivada sem Remuneração	-	-	-	1

Em dezembro de 2000, 13 (treze) servidores encontram-se cedidos, 1 (um) em Licença para Tratar de Interesses Particulares, 1 (um) em Licença Incentivada sem Remuneração e 8 (oito) aposentados.

4.4 – COORDENAÇÃO DE SUPORTE OPERACIONAL

A Coordenação de Suporte Operacional, no ano de 2000, coordenou, supervisionou e avaliou a execução das atividades relativas à administração do patrimônio, almoxarifado, transporte, comunicação administrativa, concessão de passagens e diárias e de serviços gerais.

Destacamos, a seguir, alguns demonstrativos da execução a cargo desta Unidade:

Com passagens e diárias em R\$ 1,00

Departamento	Recurso utilizado		Total
	Passagens	Diárias	
GABINETE	154.707,43	86.184,57	240.892,00
PROJUR	9.071,70	5.218,71	14.290,41
AUDIN	1.147,60	1.543,04	2.690,64
SEEC	131.292,78	68.526,84	199.819,62
DAEB	84.337,03	46.320,10	130.657,13
DAES	158.584,67	48.883,79	207.468,46
DDIE	75.903,96	45.836,81	121.740,77
CGAF	75.819,76	44.421,27	120.242,03
ENEM	122.419,71	75.342,46	197.779,04
Total	813.284,64	418.054,00	1.231.338,64

Notas: 1) O gasto com passagens e diárias inclui o dispêndio com colaborador eventual.

2) Do total de diárias, foi diminuído o valor de R\$ 4.241,46 (quatro milhões, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), referente a devoluções de diárias no decorrer do exercício.

Com serviços de telecomunicações em R\$ 1,00

Meses	Categoria				Total
	Telebrasil	LPCD	Embratel	Celular	
Jan	9.192,20	1.827,67	-	2.346,85	13.366,72
Fev	3.129,37	1.827,67	-	2.340,07	7.297,11
Mar	8.774,21	1.491,34	-	3.285,59	13.551,14
Abr	6.272,17	2.132,29	-	2.514,55	10.919,01
Mai	6.472,29	1.662,21	-	2.536,17	10.670,67
Jun	6.444,48	1.662,21	11.197,79	3.150,32	22.454,80
Jul	8.176,80	1.662,21	6.301,66	3.431,08	19.571,75
Ago	7.400,01	1.624,14	-	2.208,37	11.232,52
Set	5.249,34	1.624,14	6.191,60	2.556,11	15.621,19
Out	5.291,11	1.662,21	8.573,38	2.806,03	18.332,73
Nov	5.324,24	1.624,14	30.321,17	5.871,94	43.141,49
Dez	4.862,94	1.624,14			6.487,08
Total	76.589,16	20.424,37	62.585,60	33.047,08	192.646,21

OBS.: No mês de dezembro, foi incluído o valor integral da fatura sem os recolhimentos.

Com serviços de reprografia comum

Modelo: 5334 Série: 9NC057890 Contrato: Xerox			Modelo: 5028 Série: 8CP100717 Contrato: Xerox		
Mês	Nº de Cópias	Total	Mês	Nº de Cópias	Total
Janeiro	5.261	520,84	Janeiro	8.861	877,24
Fevereiro	6.035	597,47	Fevereiro	5.461	540,64
Março	9.098	900,70	Março	7.706	762,89
Abril	6.046	598,55	Abril	6.096	603,50
Maio	9.233	914,07	Maio	6.095	603,41
Total	35.673	3.531,63	Total	34.219	3.387,68

Modelo: 5334 Série: 9NC057972 Contrato: 020/2000 – Xerox			Modelo: 5028/5334 Série: 8CP100717/9NC051458 Contrato: 020/2000 - Xerox		
Mês	Nº de Cópias	Total	Mês	Nº de Cópias	Total
Junho	máquina em manutenção		Junho	4.497	386,74
Julho	8.799	756,71	Julho	5.976	513,94
Agosto	12.528	1.077,41	Agosto	8.964	770,90
Setembro	8.967	771,16	Setembro	6.525	561,15
Outubro	9.367	805,56	Outubro	11.415	981,69
Novembro	8.867	762,56	Novembro	22.131	1.903,27
Dezembro	3.846	330,76	Dezembro	6.694	575,68
Total	52.374	4.504,16	Total	66.202	5.693,37

Modelo: 5416 Série: 7 Y5213978 Contrato: Xerox			Modelo: 5855 Série: P8T050803 Contrato: Xerox		
Mês	Nº de Cópias	Total	Mês	Nº de Cópias	Total
Janeiro	2.675	264,83	Janeiro	25.604	2.534,80
Fevereiro	4.371	432,73	Fevereiro	40.629	4.022,27
Março	5.736	567,86	Março	36.628	3.626,17
Abril	4.208	416,59	Abril	23.684	2.344,72
Maio	4.951	490,15	Maio	39.409	3.901,49
Total	21.941	2.172,16	Total	165.954	16.429,45

Modelo: 5334 Série: 9NC058728 Contrato: 020/2000 – Xerox			Modelo: DC7090 Série: 484.390.075 Contrato: 021/2000 - Type		
Mês	Nº de Cópias	Total	Mês	Nº de Cópias	Total
Junho	Máquina não instalada		Junho	18.484	1.109,04
Julho			Julho	18.164	1.089,84
Agosto	8.415	723,69	Agosto	37.332	2.239,92
Setembro	5.415	465,69	Setembro	50.550	3.033,00
Outubro	5.051	434,39	Outubro	46.128	2.767,68
Novembro	6.328	544,21	Novembro	47.889	2.873,34
Dezembro	4.413	379,52	Dezembro	22.673	1.360,38
Total	29.622	2.547,49	total	241.220	4.473,20

Total geral:	52.739,14				
---------------------	------------------	--	--	--	--

Com combustível em litros de gasolina

Mês	Veículo				Total
	Fiat uno	Fiat elba	Blazer	Kombi	
Jan	0	148	245	0	393
Fev	95	31	277	0	403
Mar	55	91	296	38	480
Abr	60	106	280	33	479
Mai	62	104	309	0	475
Jun	59	70	347	21	497
Jul	95	67	340	0	502
Ago	104	74	416	0	594
Set	72	159	123	35	389
Out	31	38	373	67	509
Nov	0	40	314	109	463
Dez	71	160	140	36	407
Total Geral	704	1.088	3.460	339	5.591

Em litros de álcool

Mês	Veículo		Total
	Parati	Kombi pick-up	
Jan	0	0	0
Fev	76	0	76
Mar	0	46	46
Abr	0	0	0
Mai	0	0	0
Jun	0	0	0
Jul	90	0	90
Ago	194	0	194
Set	141	0	141
Out	0	0	0
Nov	124	0	124
Dez	111	0	111
Total Geral	736	46	782

Com manutenção de veículos em R\$ 1,00

Mês	Carro						Total
	fiat uno	fiat elba	blazer	kombi	parati	pick-up	
Jan	0	0	0	0	0	0	0
Fev	167,00	0	97,00	0	0	0	264,00
Mar	0	0	0	0	0	0	0
Abr	0	0	0	0	0	0	0
Mai	0	0	0	0	0	0	0
Jun	0	0	0	0	0	0	0
Jul	19,08	16,00	779,30	0	372,49	0	1.186,87
Ago	0	0	0	0	0	0	0,00
Set	0	0	716,17	21,03	22,16	0	759,36
Out	0	778,82	428,96	179,91	0	0	1.387,69
Nov	0	582,00	0	0	0	0	582,00
Dez	0	0	0	0	151,00	0	151,00
Total	186,08	1.376,82	2.021,43	200,94	545,65	0,00	4.330,92
Total geral gastos com empenho (valor r\$ 7.500,00)							4.066,92
Saldo atual							3.433,08

Quantitativo de documentação expedida

Mês	Tipo do documento								
	Processo	Ofício	Ofício Circular	Memo.	Memo. Circular	Portaria	Cartas	Impressos	SEDEX
Jan	66	250	7	118	16	6	1.777	370	61
Fev	129	260	10	129	16	5	1.162	3.436	37
Mar	118	226	14	115	5	8	2.231	6.347	81
Abr	118	350	10	123	4	4	2.423	1.397	133
Mai	174	409	11	163	7	12	6.101	3.851	180
Jun	156	443	14	138	7	7	814	2.002	900
Jul	175	345	14	93	4	6	7.267	2.355	141
Ago	168	376	30	125	7	8	9.486	2.955	175
Set	283	304	9	94	6	7	831	4.377	133
Out	474	344	47	122	7	8	2.932	14.426	246
Nov	234	615	9	157	7	5	8.539	5.410	299
Dez	299	418	3	149	2	9	9.443	3.674	272
Total	2.394	4.340	178	1.526	88	85	53.006	50.600	2.658

4.4.1 DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- acompanhamento da frequência mensal de servidores;
- acompanhamento dos descontos do plano de saúde;
- análise e parecer em processos de assuntos pertinentes a área de pessoal;
- elaboração de portarias de cessão, nomeação/designação para cargo comissionado e exoneração/dispensa de cargo comissionado;
- emissão de declaração e de certidão de tempo de serviço;
- leitura e acompanhamento dos atos publicados no DOU;
- elaboração e alterações da escala anual de férias;
- encaminhamento ao MEC de solicitação de exame médico;
- cadastramento e manutenção no Sistema de Material de todo o material de consumo adquirido;
- controle dos bens permanentes existentes no Órgão;
- tombamento do material permanente adquirido ao longo do ano;
- acompanhamento da movimentação de bens de propriedade do INEP;
- elaboração de termos de cessão de equipamentos de informática às secretarias estaduais de educação e ao FNDE;
- remessa à Contabilidade Analítica de Relatórios Mensais de Movimentação de Bens (Patrimônio e Almoxarifado);
- elaboração do inventário de bens móveis e imóveis de 2000 e Relatório de Material de Consumo;
- controle de veículos do Órgão, bem como acompanhamento de escala de serviços para atendimento às diretorias;
- acompanhamento/fiscalização dos serviços de limpeza e conservação, manutenção elétrica e telefônica das áreas ocupadas pelo INEP, consertos de aparelhos fac-símiles, chaveiros em geral, carimbos;
- instrução e acompanhamento de processos referentes à solicitação de imóvel funcional e de auxílio-moradia;
- instrução de processos de afastamento do País e de concessão de visto referente a viagens oficiais no âmbito do INEP.

